



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Maria João de Portugal dos Santos Pereira

**Entre Portugal e o Brasil: Manuel Velho,
guarda da Alfândega e doador da
Misericórdia da cidade do Porto (m. 1598)**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá

DECLARAÇÃO

Nome: Maria João de Portugal dos Santos Pereira

Endereço eletrónico: mariaportugal93@gmail.com

Telefone: 913126509

Número do Bilhete de Identidade: 14362083

Título dissertação:

Entre Portugal e o Brasil: Manuel Velho, guarda da Alfândega e doador da Misericórdia da cidade do Porto (m. 1598).

Orientadores:

Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado em História

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura _____

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de prestar o meu profundo agradecimento à Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá, pela excelente orientação e pelo apoio.

Aos funcionários da Casa da Prelada, que mostraram ser sempre tão atenciosos e colaborativos, contribuindo de forma extraordinária para a recolha de informação fundamental para a realização desta dissertação.

À Tia Lena e à Tia Paula e respetiva família pela tão agradável estadia durante dois meses no Porto, sem as quais a recolha de dados para esta dissertação não seria possível.

Ao Cristiano Afonso, pelo apoio e momentos de conversa que, em parte, ajudaram o tornar esta dissertação possível.

À avó Branca pelo carinho e por ter acreditado sempre em mim e à avó Betinha pelo apoio e almoços após horas passadas na biblioteca.

Por último, o maior dos agradecimentos vai para a melhor família que alguém poderia desejar: À melhor irmã que se pode ter, Ana Alexandra, pela ajuda constante. Ao meu pai Herculano pelo enorme apoio e pela paciência. E à melhor mãe do mundo, Branca, o meu maior apoio, pelo enorme incentivo durante todo o processo de realização desta dissertação.

Resumo

Entre Portugal e o Brasil: Manuel Velho, guarda da Alfândega e doador da Misericórdia da cidade do Porto (m. 1598)

A presente dissertação tem como objetivo conhecer o teor do testamento de Manuel Velho, guarda da Alfândega do Porto, datado de 1596, que, por não ter descendência, doou a maior parte dos seus bens à Santa Casa da Misericórdia do Porto. Através do inventário respetivo, pretende-se conhecer o mundo material em que vivia.

Foi realizada, igualmente, uma contextualização histórica sobre a cidade do Porto nos primeiros anos da União Ibérica e a sua relação com o Brasil e a cultura açucareira, dado que Manuel Velho estava ligado a este ramo de negócio.

Palavras-chave: *Portugal, Brasil, Santa Casa da Misericórdia do Porto, Doadores, Porto, União Ibérica (1580-1640)*

Abstract

Entre Portugal e o Brasil: Manuel Velho, guarda da Alfândega e doador da Misericórdia da cidade do Porto (m. 1598)

This thesis has the purpose to study the testament of Manuel Velho, a custom's officer to the Alfândega do Porto elaborated in 1596. As he did not have any prospective heirs, Velho donated most of his assets to Santa Casa da Misericórdia of Porto.

Through their inventory, it is possible to know the material world in which he lived. This dissertation also inserts this donor in the context of the city of Porto during the first years of Iberian Union and its relationship with Brazilian sugar, since Manuel Velho was particularly concerned with its trade.

Keywords: Portugal; Brazil; Portuguese confraternities of Misericórdia; benefactors; city of Porto; Iberian Dynastic Union (1580-1640)

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	v
Índice	vii
Índice de Figuras	ix
Capítulo 1: Introdução	1
1. Introdução	3
Capítulo 2: Portugal e a cidade do Porto no tempo de Manuel Velho	7
2. Portugal e a cidade do Porto no tempo de Manuel Velho	9
Capítulo 3: Para lá do Atlântico: O Brasil açucareiro	17
3. Para lá do Atlântico: O Brasil açucareiro	19
Capítulo 4: Manuel Velho e a doação à Santa Casa da Misericórdia do Porto	29
4. Quem foi Manuel Velho?	31
4.1. Misericórdia, herdeira de Manuel Velho	33
4.2. O testamento	34
4.3. Inventário	38
4.4. O que poderão estes bens nos dizer sobre Manuel Velho?	53
4.5. A contribuição de Manuel Velho para o património da Misericórdia	54
Capítulo 5: Conclusão	57
5. Conclusão	59
Bibliografia	65
Bibliografia	67
Webgrafia	70
Fontes manuscritas	71

Índice de Figuras

Figura 1 - Rotas comerciais do Porto com os diversos pontos do Mundo, no tempo dos Filipes.	13
Figura 2 - Mapa das capitâneas do Brasil de Luís Teixeira, cartógrafo português do século XVI, disponível na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa.	21
Figura 3 - Escravos a trabalharem na moagem de açúcar, desenho de Benedito Calixto (1853-1927).....	24
Figura 4 - Camisa de linho de dormir, dos primeiros anos do século XVI	51
Figura 5 - Réplica de uma camisa de linho com rufo do século XVI, feita na atualidade.....	51
Figura 6 - Exemplo de uma boceta do século XVI.....	52
Figura 7 - Exemplo de um Cálice de prata espanhol, dos finais do século XVI	52

Capítulo 1

Introdução

1. Introdução

Os testamentos e inventários são fontes históricas que nos dão informações de carácter social, económico, religioso, político e até administrativo. Permitem-nos tirar conclusões sobre a vida material, espiritual e quotidiano de uma sociedade.

Os testamentos, estando mais relacionados com a salvação da alma e as últimas vontades dos testadores, apresentam um carácter mais espiritual, enquanto os inventários estão relacionados com os bens materiais, o que nos permite tirar conclusões sobre as condições económicas e sobre os interesses pessoais das pessoas a quem pertenciam (Durães, 2005).

Estas mesmas fontes também nos fornecem dados políticos, com a referência de títulos e cargos desempenhados pelas personalidades presentes na abertura e leitura dos testamentos dos defuntos.

Com base nos legados, é nos possível estudar as relações pessoais que o testador tinha com outras pessoas, fossem estas familiares, de clientelares e até de afeto. Torna-se igualmente possível situar o doador no seu contexto social, conhecendo um pouco os seus antepassados, as profissões que exerciam, e descortinando momentos das suas vidas. As doações são igualmente relevantes para a compreensão das mentalidades e religiosidade da pessoa que se está a estudar.

Deste modo, esta dissertação tem como objetivo estudar o testamento e inventário de Manuel Velho, guarda da Alfândega do Porto entre 1596 até 5 de Julho de 1598, data da sua morte, e a sua contribuição para a Santa Casa da Misericórdia do Porto, instituição de que era irmão, e à qual deixou a maior parte dos seus bens, visto não ter herdeiros. E, através do seu inventário, perceber um pouco quem foi este homem e o mundo material que o rodeava. Por ter trabalhado na Alfândega da cidade do Porto, estabeleceu inúmeros contactos com importantes pessoas do Ultramar, estando ligado especialmente ao comércio do açúcar vindo do Brasil. Portanto, para se perceber melhor o mundo em que vivia, foi feita uma contextualização histórica da cidade do Porto no decorrer do século XVI, para situar o seu papel no comércio internacional, dando ênfase aos primeiros anos da União Ibérica, período onde se inseriu Manuel

Velho. De igual modo foi feita uma contextualização sobre o Brasil, desde as primeiras tentativas de colonização, com a exploração do pau-brasil, até ao desenvolvimento da agricultura de engenho. Aqui, demos especial relevo à região de Pernambuco, a mais importante e mais rica capitania da colónia brasileira, onde Manuel Velho tinha contactos comerciais. Por ter sido doador da Misericórdia do Porto, será feita, igualmente, uma breve contextualização sobre esta confraria.

O que pode um testamento e um inventário nos dizer sobre a vida de alguém? Qual foi a contribuição de Manuel Velho para a Santa Casa da Misericórdia do Porto? E porque eram estas doações tão importantes? São questões que pretendemos responder ao longo desta dissertação.

Para a sua elaboração, foi necessário criar uma calendarização. Num primeiro momento, foi necessária a deslocação até ao Arquivo Histórico da Misericórdia do Porto, atualmente instalado na Casa da Prelada, na cidade do Porto, onde durante dois meses se realizou um levantamento das fontes que dizem respeito à testamentária de Manuel Velho. Para uma melhor compreensão de quem foi este homem, foi necessária também a leitura do testamento de seu pai, Francisco Velho.

Numa segunda fase, procedeu-se à análise e tratamento da informação recolhida, realizando inclusive uma base de dados para facilitar o estudo do inventário do Manuel Velho. Simultaneamente procedeu-se à leitura de uma parte da bibliografia.

Após a análise e tratamento dos dados, procedeu-se à organização da informação e à leitura de bibliografia complementar, para proceder depois à redação da dissertação.

Para uma melhor e mais fácil compreensão, decidimos dividir esta dissertação em três diferentes capítulos. No primeiro capítulo, será abordada, então, a contextualização sobre Portugal e o império português no geral, e sobre a cidade do Porto, em particular, durante os primeiros anos da União Ibérica (1580-1640). O segundo capítulo será dedicado ao Brasil e à produção açucareira. Aqui, será abordada a evolução política e económica da antiga colónia portuguesa e a cultura do açúcar. No terceiro capítulo, será então abordado quem foi Manuel Velho e a sua doação à Santa Casa da Misericórdia do Porto. Será aqui que se vai proceder ao estudo do seu testamento e inventário, para se poder, assim, responder às questões propostas.

A bibliografia consultada foi variada. Sobre a cidade do Porto durante o período filipino, destacamos a tese de doutoramento de Francisco Ribeiro da Silva “O Porto e o seu Termo (1580-1640): Os Homens, as Instituições e o Poder”, obra que nos pareceu essencial para o estudo da cidade neste período em particular. Outra obra que se mostrou essencial foi a “História do Porto - O tempo dos Filipes: A cidade e a construção do mundo global” de António Morais Barros, que não só contextualiza a cidade do Porto durante o domínio filipino, como também as relações comerciais do Porto com o mundo, dando exemplos de alguns dos mais conhecidos mercadores portuenses, e de doadores da Santa Casa da Misericórdia do Porto, inclusive Manuel Velho.

Para o segundo capítulo, relacionado com o Brasil, a obra *História Económica do Brasil*, de Caio Prado Júnior, foi deveras importante. Para além desta obra, ainda podemos referenciar “D. João III e a Formação do Brasil”, mais especificamente os artigos escritos por Arno Wehling e Maria José Wehling, sobre o Governo-geral do Brasil.

No que toca ao terceiro e último capítulo, baseamo-nos essencialmente nas fontes manuscritas estudadas no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia.

Capítulo 2

**Portugal e a cidade do Porto no tempo de
Manuel Velho**

2. Portugal e a cidade do Porto no tempo de Manuel Velho

Portugal, nos finais do século XVI, experienciou uma nova realidade com o início da União Dinástica em 1580, que só viria a terminar em 1640, com a Restauração da Independência. Em 1581, nas cortes de Tomar, Filipe II de Espanha tornou-se Filipe I de Portugal, com a condição de respeitar e manter os costumes e as leis portuguesas, nomear sempre portugueses nos mais importantes cargos e, mais importante ainda, jurou que Portugal se manteria como uma região autónoma (Silva, 2000, p. 246), tal como prometera D. Manuel I, em 1498, quando se tornou herdeiro do trono de Castela. Assim, Filipe tornar-se-ia na verdade rei de dois reinos diferentes. Para o evidenciar, foi criado o Conselho de Portugal, o órgão máximo do governo de Portugal, que tinha como propósito auxiliar o monarca na administração das terras portuguesas e seria formado apenas por homens portugueses. Este conselho viria a desaparecer após a Restauração da independência, nomeadamente quando Espanha reconheceu a soberania portuguesa, em 1668. E quando o rei estivesse ausente, vice-reis e governadores, que não podiam ser espanhóis a não ser que pertencessem à família real, governavam o país em seu nome (Marques, 2005, p.288). No entanto, e apesar da autonomia que Filipe I tinha prometido, esta nova realidade trouxe consequências políticas para Portugal, pois, até então tinha conseguido manter uma posição neutra nos conflitos que assolavam a Europa. Ao juntar-se a Espanha, viu-se envolvido em vários destes conflitos. Já em 1583, Francis Drake atacou a costa do Brasil. A derrota da Invencível Armada, em 1588, foi um dos episódios em que Portugal esteve envolvido, aliás, foi de Lisboa que os 130 navios partiram para o Mar do Norte, o que fez com que os ingleses assolassem mais as costas portuguesas, bem como as armadas portuguesas na Índia e no Brasil (Silva, 2000, p. 249). A Inglaterra reforçou também o seu apoio a D. António Prior de Crato (Martelo, 2005, p.158), mas este viu o seu propósito de se tornar rei desfeito após o ataque a Lisboa, em 1589. O fechamento dos portos portugueses a ingleses e a proibição de comercializar com os Países Baixos, entre 1585 e 1586, só piorou a situação de Portugal, pois estes tentaram aceder diretamente aos produtos vindos do Oriente (Costa;

Oliveira; Rodrigues, 2014, p. 169), fazendo com que a influência portuguesa nestes locais enfraquecesse.

A União Ibérica não trouxe só consequências negativas, mostrando-se ser benéfica durante as suas primeiras décadas, até 1621, ano da morte de Filipe III de Espanha. Apesar de alguns anos de depressão, Portugal viveu um período de abundância monetária (Marques, 2005, p. 258). Muitos membros da elite mercantil portuguesa esperavam que esta união lhes trouxesse novas oportunidades de negócios, bem como se pusesse em prática a ideia de um espaço económico comum, e, por essa razão (entre várias outras), apoiaram a candidatura de Filipe II de Espanha ao trono português. E a verdade é que, até por volta de 1605, Portugal e a sua burguesia mercantil, em termos gerais, viveram um período de prosperidade, com os rendimentos da coroa portuguesa a aumentar (Rodrigues, Devezas, 2011, p. 359). No que toca ao comércio externo, pouco mudou nos finais do século XVI, estando mais dependente dos produtos que vinham das colónias do que aqueles que a metrópole exportava, apesar de que esta última continuava a ser importante para o tráfico europeu (Marques, 2005, p. 252). O monopólio régio manteve-se e os portos portugueses continuaram a servir de ponto de chegada de mercadorias vindas do Ultramar, para depois serem reexportadas para outros mercados (Costa, 2012, p. 105). O transporte de escravos evoluiu, levando à ligação de redes entre Lisboa, Sevilha, portos negreiros e América Latina, contribuindo para a agitação dos portos portugueses (Costa, 2012, p. 139).

Relativamente à política do império Português, pouco se modificou. O Estado da Índia e a sua atividade comercial continuavam estáveis, mas o comércio com a África estava em declínio, tal como nos anos finais do reinado de D. Sebastião, em oposição ao comércio do Brasil, onde a exportação do açúcar para a Europa aumentava (Costa, Oliveira, Rodrigues, 2014, p.169).

Filipe I adotou reformas para combater a desordem administrativa vivida no Portugal de então, reformas essas que, em alguns casos, iriam durar séculos. Foi instituído o Conselho da Fazenda, que integrou os três vedores da fazenda, o da Casa da Índia, Casa dos Contos e a Casa da Moeda, num só órgão (Costa, 2012, p. 137), que tratava de assuntos financeiros, económicos e mercantis. Em 1591, para se tratar dos assuntos ultramarinos portugueses, foi criado o Conselho da Índia, mas este foi extinto pouco tempo depois, devido a conflitos

do âmbito jurídico e com outros órgãos administrativos (Marques, 2005, p. 261). A criação destes diferentes conselhos serviu para que a autonomia e individualidade de Portugal, que prometera nas cortes de Tomar, se mantivesse, e, assim, agradava os seus súbditos portugueses, os únicos que podiam fazer parte destes mesmos conselhos.

Na área da justiça, instalou-se a Casa da Suplicação em Lisboa, extinguindo a antiga Casa do Cível, tornando-se no supremo tribunal do reino, com influência direta sobre o sul de Portugal e arquipélagos da Madeira e dos Açores (Marques, 2005, p.258). Modificou-se também o estatuto de alguns cargos jurisdicionais, como os de desembargador e corregedor (Marques, 2005, p. 258).

As rotas transatlânticas reforçaram-se, surgindo assim novas oportunidades de negócios para Portugal (Costa, 2012, p.137), nomeadamente com as colónias espanholas no continente americano, tendo havido também uma maior tolerância face às infrações nas fronteiras estabelecidas no Tratado de Tordesilhas (Costa, 2012, p. 111). Isto permitiu que alguns centros de comércio portugueses, para além de Lisboa, enriquecessem, tais como Viana na foz do Lima e a cidade do Porto.

Para o Porto, as primeiras décadas do período filipino constituíram, em termos gerais, um período de afirmação (Barros, 2010, p. 50). A cidade conheceu uma prosperidade em todos os sectores da vida quotidiana, com especial relevo para o comércio marítimo, devido à presença do seu porto de mar (Silva, 1985, p. 121). Sendo uma zona pouco fértil, dependeu sempre do comércio marítimo para a importação de géneros, e, portanto, desde a Idade Média que as atividades comerciais e marítimas constituíram a base da economia da cidade (Barros, 2010, p. 76).

Apesar do crescimento no decorrer do período filipino, este desenvolvimento já era notório desde o século XIV, altura em que se tornara um dos mais ativos centros de comércio de Portugal. No decorrer deste século, a cidade expandiu-se ao longo da margem da ribeirinha do Douro devido ao crescimento das atividades mercantis, propiciando a construção de novas muralhas e a construção de novos edifícios e ruas. No século XV os estaleiros do Douro foram responsáveis pela construção e preparação de uma parte da armada que, em 1415, conquistou Ceuta, e foi no norte do país que se criaram

alguns dos navios mais modernos utilizados na expansão marítima (Barros, 2010, p. 51).

Em 1499, já no reinado de D. Manuel, foi fundada a Misericórdia do Porto, que, tal como as restantes Misericórdias, tinha como propósito administrar a assistência aos pobres e doentes, que, até então, eram assistidos em diferentes instituições. No entanto, só a partir da segunda metade do século XVI é que se verificou a chegada de legados testamentários mais substanciais, coincidindo, portanto, com a retoma do crescimento económico e mercantil da cidade, das quais a mais substancial foi a célebre a doação de D. Lopo de Almeida, falecido em Madrid em 1584. O desenvolvimento comercial foi de tal ordem que levou ao crescimento do tráfego marítimo, e, nesse mesmo ano de 1584, já no reinado de Filipe I, teve de ser criado o primeiro corpo oficial de pilotos da barra, cuja função era auxiliar os navios que chegavam a manobrar na barra do Douro.

O desenvolvimento comercial e mercantil no século XVI deveu-se muito também à nova elite de mercadores e homens de negócios. Eram sobretudo cristãos-novos, muitos deles oriundos de Castela e chegados a Portugal nos finais do século XV e inícios do século XVI, aquando da expulsão dos judeus pelos Reis Católicos. Graças aos seus capitais e contactos fizeram com que o Porto se tornasse no principal beneficiário do comércio do açúcar com o Brasil (Barros, 2010, p. 60). Como já foi referido, com a União Ibérica e o reforço das rotas transatlânticas, o comércio do açúcar tornou-se num importante produto, e, graças à alargada rede de relações que estes mercadores detinham em várias partes do mundo, a cidade do Porto, foi, de facto, a que mais beneficiou dele. Graças a eles, a cidade viu-se na vanguarda dos negócios à escala internacional (figura 1), contribuindo, igualmente, para o processo de globalização (Barros, 2010, p. 62).

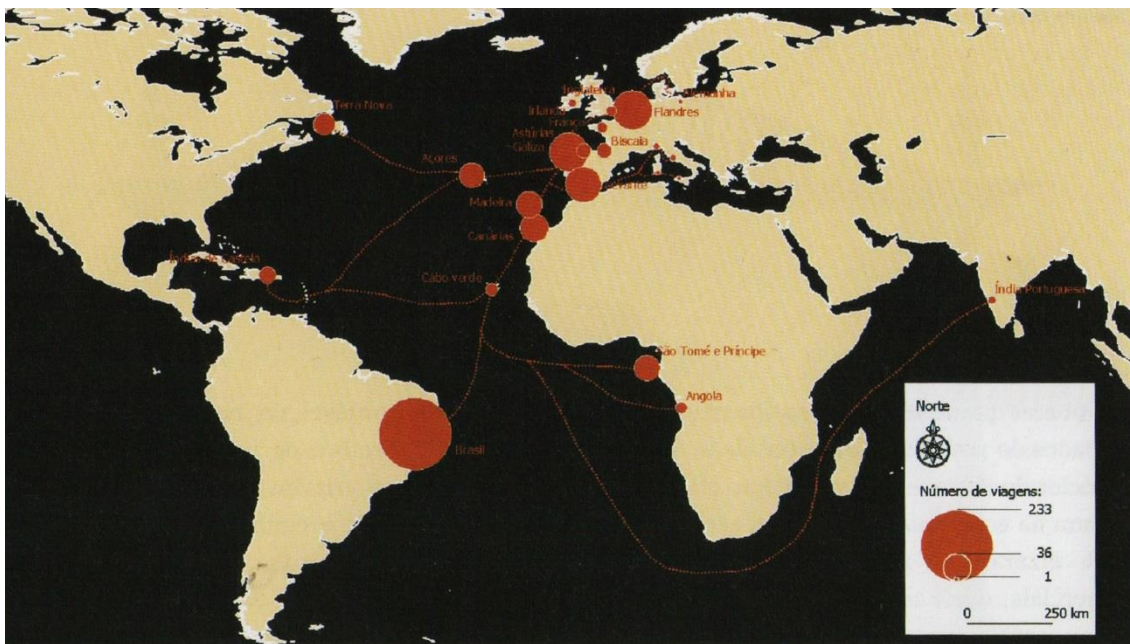


Figura 1 - Rotas comerciais do Porto com os diversos pontos do Mundo, no tempo dos Filipes.

Fonte: Amândio Barros, *O tempo dos filipes: A cidade e a construção do mundo global*, Porto, 2010

Seguem-se alguns nomes de mercadores que tiveram grande influência, não só na história do Porto, mas também no comércio à escala mundial. Simão Vaz, financeiro de Filipe II de Espanha, encarregue muitas vezes por este de pagar às tropas do Entre Douro e Minho e Galiza; dedicava-se a diferentes tipos de negócios, como o do açúcar, trato de escravos, e venda de pastel para têxtil. Era parente de Vicente Rodrigues, também relacionado com a venda de açúcar para Flandres e Inglaterra, e cunhado de Francisco Mendes, membro de uma poderosa família de mercadores cristãos-novos, que, por sua vez, tinham parentes em várias partes do mundo, como Madrid, Sevilha, Salvador da Baía, entre outras regiões (Barros, 2010, p. 65). Jorge Fernandes, ligado à família Ximenes, da Índia, tinha negócios com portos do Mar do Norte e com regiões da América. Um exemplo de mercador que enriqueceu na Índia foi Vicente Novais, provedor da Misericórdia do Porto entre 1569-70 e 1575-76.

Em 1580, D. António Prior de Crato dirigiu-se à cidade do Porto para reunir apoios à sua pretensão de suceder no trono Portugal, após ter estado em Aveiro. Esta cidade demonstrou o seu apoio a Filipe II, mas foi obrigada a subjugar-se às pretensões D. António, depois de ter sido tomada e saqueada. No Porto, a

vereeção mostrou-se dividida. Só após a derrota de prior de Crato em Alcântara, a Câmara, que até então se tinha permanecido neutra, mostrou o seu apoio a Filipe II, mas, com o exército do português a aproximar-se, a confusão instalou-se na cidade. Os ricos mercadores portuenses mostraram-se receosos. Quando D. António chegou, saqueou a cidade, tendo inclusive deparado com um navio carregado de açúcar, e necessitando de dinheiro, capturou-o e enviou-o para França, onde o vendeu. O Porto viu-se, então, no meio desta guerra entre D. António e Filipe II, cujo desfecho já se conhece. Sancho de Ávila, comandante do exército filipino, conseguiu ocupar a cidade e D. António acabou por escapar das tropas castelhanas, dirigindo-se para Viana, onde embarcou num navio e fugiu do Reino.

Durante o período filipino, foram criadas na cidade do Porto, tal como em todo o reino, novas instituições e medidas no âmbito da justiça e administração da cidade. Estas começaram por ser criadas no reinado de Filipe I de Portugal, mas prolongaram-se pelo resto da dinastia filipina (Silva, 1985, p. 1081). No entanto, devido à importância que o Porto detinha, também lhe foram reconhecidos privilégios pela Coroa.

Em termos financeiros, as rendas municipais foram sujeitas a maior rigor. No âmbito da justiça, foi criado em 1582 o Tribunal e Cadeia da Relação, que no início se situava no edifício da câmara municipal, e serviu para combater a desorganização jurisdicional de Portugal. Ao criar um tribunal de apelação no Porto, Filipe II contribuiu para que se alcançasse uma aproximação da justiça à população, não só a da cidade, mas também as das regiões Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, cidade de Coimbra e a Vila da Esgueira (Barros, 2010, p. 73). Tratou-se de uma forma de reconhecer a importância da cidade, que viu a sua influência territorial a aumentar. Assistiu-se também à criação de cargos intermédios, como o de Corregedor e Provedor da Comarca, ou o Juiz de Fora, que tinham como objetivo interceder a favor do poder central.

A União Ibérica agravou no entanto os ataques de piratas estrangeiros, e a cidade do Porto viu-se obrigada a tomar medidas para reforçar a vigilância marítima, ao mesmo tempo que as queixas de prejuízos aumentavam (Silva, 1985, p. 123). Mas até aqui o controlo régio se fazia sentir, pois, era necessária a aprovação régia para se poder gastar dinheiro, de modo a financiar medidas de prevenção contra a pirataria (Silva, 1985, p. 1080).

Em jeito de conclusão, poder-se-á dizer que, durante as primeiras décadas da dominação filipina, Portugal, apesar de se ver envolvido nos conflitos internacionais, experienciou, em termos gerais, uma prosperidade a todos os níveis. Durante o período em questão, foram adotadas uma série de reformas para não só combater a desordem administrativa e judicial, mas também para operar alguma centralização do poder. Com a integração do império português no império espanhol, foi possível a aproximação dos mercados ibéricos, o que conduziu ao enriquecimento de vários centros de comércio, tais como a cidade do Porto, que, durante a segunda metade do século XVI, viveu um período de crescimento económico e mercantil, graças também ao seu ativo grupo de homens de negócios. Tinham contactos por todo o mundo, e foram responsáveis pela importância que o Porto passou a deter na comercialização do açúcar do Brasil, género valiosíssimo naquela altura. Durante o período filipino assistiu-se ainda a uma tendência para a centralização do poder: o Porto perdeu algumas das suas antigas liberdades, mas aumentou de importância, recebendo alguns privilégios.

Capítulo 3

Para lá do Atlântico: O Brasil açucareiro

3. Para lá do Atlântico: O Brasil açucareiro

Tendo Manuel Velho estado ligado ao comércio do açúcar brasileiro durante o período em que trabalhou na alfândega do Porto, será importante fazer uma contextualização do que foi o Brasil no decorrer do século XVI e como evoluiu a sua produção açucareira.

Foi durante o período da dominação filipina que a preferência pelo Oriente chegou ao fim, registando-se uma viragem para o atlântico, nomeadamente para o Brasil (Costa, 2012, p. 111). Como já foi referido nas páginas precedentes, com a integração de Portugal e das colónias portuguesas no império espanhol, foi possível uma aproximação entre os mercados dos dois reinos, quer nas Américas, quer na própria Península Ibérica, havendo também uma maior tolerância face às infrações nas fronteiras estabelecidas no Tratado de Tordesilhas (Costa, 2012, p. 111). A emergência do Brasil também se deveu ao facto de Portugal ter perdido, aos poucos, a sua força no Oriente, com os ingleses e holandeses a entrar gradualmente nos oceanos Índico e Pacífico (Costa, 2012, p. 111).

Assim, quando Filipe I subiu ao trono português, a civilização do engenho estava em desenvolvimento, paralelamente à produção do açúcar, que tinha vindo a ganhar relevo desde a segunda metade do século XVI. Esse mesmo desenvolvimento deveu-se ao sistema de capitanias hereditárias, criadas na década de 1530 durante o reinado de D. João III, bem como à criação de um governo-geral, que, juntos, impulsionaram a cultura açucareira na colónia brasileira.

O açúcar nem sempre foi o mais importante produto extraído do Brasil. Numa primeira fase, o pau-brasil, usado em tinturaria, mas também na construção de navios e mobiliário, foi, de facto, a razão pela qual se iniciou a exploração do litoral brasileiro. Durante três décadas, seria a única riqueza que suscitou o interesse dos europeus, e, até aos finais do século XVI, foi o principal produto comercializado e a base da economia brasileira (Silva, 2004, pp 50-52). Para os Portugueses, era considerado monopólio real, ou seja, era necessária a aprovação do rei para que se pudesse comercializar, algo que acontecia com outros produtos ultramarinos, como as especiarias da Índia (Prado Júnior, 1973,

p. 17). Em 1501, Fernando de Noronha estabeleceu um contrato com a Coroa Portuguesa, com o intuito de explorar o pau-brasil. Dois anos mais tarde, iniciou-se uma segunda expedição, encabeçada por Gonçalo Coelho, e fundou-se a primeira feitoria do Brasil. Para melhor aceder à planta tintureira, os portugueses começaram a negociar com os indígenas brasileiros, oferecendo-lhes objetos que lhes eram desconhecidos, como espelhos, enxadas e machados de metal, em troca do pau-brasil, e, aos poucos, tentou-se escravizá-los décadas mais tarde, a escravização de indígenas tornou-se ilegal, a não ser prisioneiros de guerra ou quando eram hostis para os colonizadores. Em 1504, surgiu a primeira feitoria do Brasil, fundada por Américo Vespúcio, em Cabo Frio, com o objetivo de explorar o pau-brasil. Em 1504, surgiu a primeira feitoria do Brasil, fundada por Américo Vespúcio, em Cabo Frio, para haver uma maior exploração do pau-brasil. Portugueses e Franceses traficavam-no em concorrência, e, para se defenderem um do outro, criaram estabelecimentos e fortes ao longo das zonas mais ricas da costa, de maneira a que pudessem armazenar este produto, bem como fazer frente às hostilidades de algumas tribos indígenas (Prado Júnior, 1973, p.16). Porém, estes estabelecimentos não duraram muito, acabando por ser abandonados, visto que a madeira se espalhava ao longo da imensa costa e não fazia sentido fixarem-se num só lugar (Prado Júnior, 1973, p. 17). Para além disso, a madeira esgotou-se rapidamente e o negócio foi perdendo interesse, o que também fez com que os portugueses procurassem outra forma de enriquecer, e a plantação da cana-de-açúcar mostrou-se propícia para tal. Assim, a exploração do pau-brasil não levou a uma colonização efetiva da colónia. Para além disso, nesta altura, o comércio com o Oriente era mais rentável e atraente, pelo que a exploração do território brasileiro não se deu.

Havendo, então, a necessidade de povoar e colonizar o Brasil para se restabelecer a soberania de Portugal neste mesmo território, e para expulsar os franceses definitivamente da colónia portuguesa, D. João III dividiu o território brasileiro em doze a quinze diferentes regiões (capitanias), como se pode verificar na figura 2, doadas a diferentes capitães, que usufruíam de regalias e poderes soberanos sobre elas. Estes capitães, muitos deles provenientes da nobreza portuguesa, podiam nomear as autoridades administrativas e juizes nos seus territórios; receber taxas e impostos; distribuir terras em regime de sesmarias (Prado Júnior, 1973, p. 18), isto é, doá-las aos colonos durante

determinado espaço de tempo, geralmente de cinco anos, para que as explorassem. Também deviam nomear capitães-mor e organizar a defesa da capitania para combater piratas, índios e o tráfico de gêneros, como o pau-brasil e o açúcar. No entanto, estes capitães não podiam vender as suas terras, mas podiam deixá-las para os seus descendentes. Este sistema tinha sido já experimentado nas ilhas do Atlântico, nomeadamente na Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, e apresentara bons resultados (Silva, 2004, p. 37).

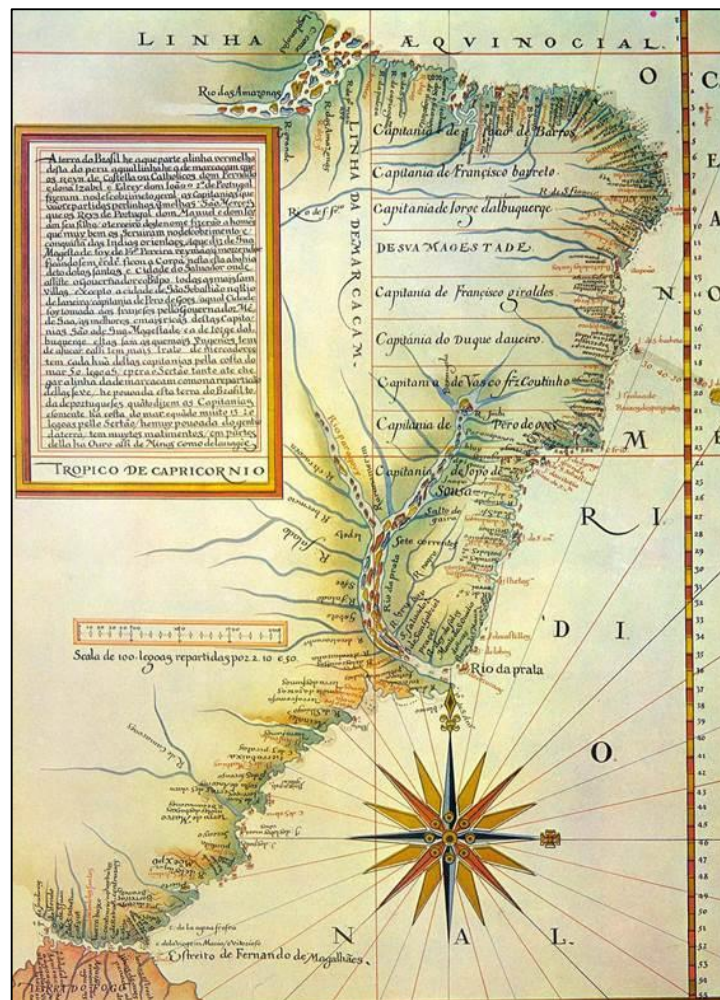


Figura 2 - Mapa das capitânicas do Brasil de Luís Teixeira, cartógrafo português do século XVI, disponível na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa.

Fonte: Scielo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142015000200011 (acedido em Outubro, 2016)

No início, poucos foram os indivíduos que se dispuseram a ir para o Brasil, e mesmo esses, ao chegarem às regiões respetivas, depararam-se com inúmeras dificuldades e acabaram por desistir. A resistência dos índios, a falta

de apoios, bem como as condições financeiras precárias fizeram com que este sistema de capitánias acabasse por não ser eficaz, com a exceção de Pernambuco, capitania pertencente a Duarte Coelho Pereira, e São Vicente, pertencente a Martim Afonso de Sousa, que, um pouco mais tarde, em 1542, se tornou governador da Índia. A ele se deve a primeira tentativa de colonização do Brasil, bem como a primeira iniciativa de plantação de cana-de-açúcar, não só na sua própria capitania, mas também distribuída por outros donatários, bem como o primeiro engenho na colónia (Godinho, 2003, p.102), criado em 1532.

O fraco sucesso do sistema de capitánias levou a que, 14 anos mais tarde, fosse criado o Governo-Geral, um poder central, que prometia a unificação política e administrativa da colónia, tendo D. João III nomeado Tomé de Sousa¹ como o primeiro governador-geral do Brasil. Este escolheu Salvador como capital, por ser uma zona rica em pau-brasil e açúcar e a sua localização ser propícia para uma mais fácil exportação destes géneros. Com ele, vieram os primeiros padres jesuítas que, juntos, fundaram a primeira missão no Brasil brasileira, com o objetivo de catequizar os indígenas. Foi responsável também pela criação do primeiro bispado da colónia portuguesa, em 1551, sendo D. Pêro Fernandes Sardinha o seu primeiro bispo. O governador-geral era apoiado por um ouvidor-mor, segundo em autoridade depois dele, responsável pelos assuntos relacionados com a justiça, e o provedor-mor, responsável pela administração da colónia; um terceiro cargo era o de capitão-mor, responsável pela defesa do litoral. Em 1572, o quarto governador-geral do Brasil, D. Luís Vasconcelos, dividiu o território em dois governos, o do norte, com sede em Salvador, e o do sul, com sede no Rio de Janeiro, mas esta divisão pouco durou, e em 1578 procedeu-se à sua unificação. Durante o domínio filipino, ocorreu mais uma divisão, em 1621, em dois estados: Estado do Maranhão e o Estado do Brasil, que só acabaria com o Marquês de Pombal.

Em termos gerais, era o dever do governador-geral prestar auxílio às capitánias sempre que necessário, como, por exemplo, na defesa contra os indígenas e/ou piratas, estimular a colonização e assegurar-se do bom funcionamento dos restantes órgãos públicos (Wehling, Arno, Wehling, Maria José, 2004, p. 48). O ouvidor-mor possuía várias funções, sendo uma delas

¹ Primo de Martim Afonso de Sousa, capitão de São Vicente.

controlar o exercício do poder, no sector da justiça, por parte de particulares, e devia participar nas decisões tomadas no âmbito da governação das capitánias. No que respeita às alfândegas das capitánias, era o provedor-mor que as supervisionava. Controlava a distribuição das sesmarias, era responsável pela organização fazendária, sendo ele o coordenador, e ainda supervisionava a produção de açúcar (Wehling, Arno, Wehling, Maria José, 2004, p. 48).

A criação deste Governo-Geral não significou que as capitánias tenham sido extintas; pelo contrário, continuaram a existir (Silva, 2004, p.48). Portugal precisava de incentivos privados para estimular a exploração económica do Brasil, e as capitánias eram fulcrais nesse contexto. Também eram fundamentais para a povoar e tornar produtivo esse território, sem que o tesouro público tivesse de investir nele (Serrão, 1963, p. 473). No entanto, o rei fez com que o poder dos capitães fosse reduzido, tendo havido um maior controlo dos abusos de poder por parte dos capitães em termos administrativos, judiciais e em assuntos relacionados com a fazenda (Wehling, Arno, Wehling, Maria José, 2004, p. 49). O objetivo foi sempre o de subjugar os capitães-donatários aos objetivos da metrópole.

O Governo-geral constitui algo inédito e único na forma de governação das colónias portuguesas, dado que, nos territórios africanos, nas ilhas atlânticas e no Oriente foram utilizados capitánias, feitorias e governação de vice-reis para a sua administração e efetivo domínio nestes territórios. Pela sua estrutura institucional, com elementos como câmaras municipais, órgãos administrativos e judiciais semelhantes à da metrópole, instituições eclesiásticas e militares mostrou ser algo único no império português (Wehling, Arno, Wehling, Maria José, 2004, p. 49).

Assim, as capitánias, em conjunto com o governo-geral, fizeram com que houvesse uma intensificação da exploração das terras, levando, por conseguinte, a um aumento da plantação da cana-de-açúcar. A cultura do engenho foi-se desenvolvendo até que a economia brasileira acabou por assentar na produção açucareira durante o período filipino.

Uma vez que a mão-de-obra era insuficiente, para acompanhar o crescimento da produção, desenvolveu-se um comércio triangular: os navios transportavam para o Golfo da Guiné produtos manufacturados, como os tecidos, por exemplo, que trocavam por escravos que transportavam para o Brasil para

trabalhar nas plantações açucareiras, e, por fim, o açúcar era levado para Lisboa (Serrão, 1963, p. 109). A economia do açúcar exigia um grande número de materiais e muitos trabalhadores, e a mão-de-obra escrava tornou-se essencial para o desenvolvimento da economia açucareira (figura 3). Surgiu uma autêntica sociedade do engenho: Os proprietários, como Senhores do Engenho (detinham capital suficiente para construir e/ou comprarem engenhos), Homens livres (possuíam propriedades, mas não tinham capital suficiente para engenhos, ou exerciam cargos como funcionários públicos, artesãos, entre outros); e escravos.

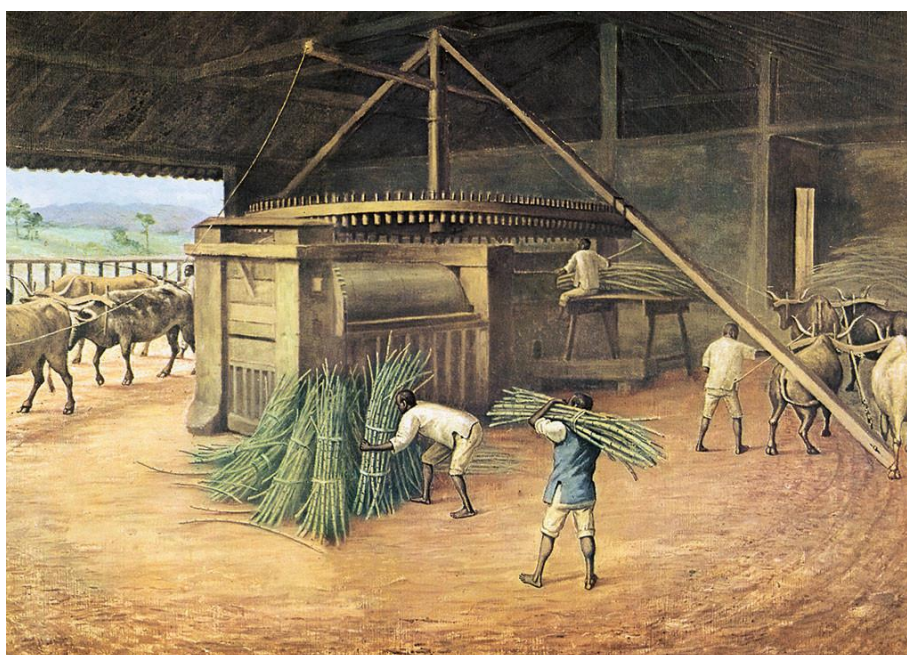


Figura 3 - Escravos a trabalharem na moagem de açúcar, desenho de Benedito Calixto (1853-1927)

Fonte: Ensinar História <http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/para-colorir-fazenda-de-cana-do-brasil-colonia/> (acedido em Outubro, 2016)

Foi no centro e no sul do Brasil que se deu o primeiro surto açucareiro, mas o Nordeste tornar-se-ia no principal produtor. Devido à sua crescente importância, durante a dominação filipina reforçou-se o princípio do pacto colonial, segundo o qual os estrangeiros não podiam comercializar com o Brasil (embora com algumas exceções). Já foram dados exemplos, nas páginas anteriores, de homens e moradores da cidade do Porto ligados ao comércio do açúcar, como Simão Vaz, Vicente Rodrigues, Francisco Mendes, entre outros.

Ao perceberem o potencial da América do Sul, e, estando, muitos deles, já familiarizados com o negócio, do tempo em que se plantavam canas-de-

açúcar nas ilhas atlânticas, adquiriram propriedades, onde mandaram construir engenhos, enviando um número variado de agentes (sócios, feitores, comissionistas) que se encarregavam de supervisionar a produção açucareira nas suas propriedades (Barros, 2007, p. 29). O ciclo económico do açúcar durou, aproximadamente, até à primeira metade do século XVII. Quando se deu a Restauração da Independência, em 1640, o Brasil já não era o principal exportador de açúcar, tendo sido superado por outras colónias europeias, como as Antilhas, que tinham mais fácil e melhores acessos ao mercado europeu.

A prioridade pela plantação de açúcar não significou que o pau-brasil tenha deixado de ser explorado. Continuou a ser um dos principais produtos extraídos da colónia, mas perdeu a importância que detinha no início do século. E para além do açúcar, da cana extraia-se água ardente, e outros produtos eram explorados, como o tabaco.

Deste modo, a economia brasileira vai-se assentar, essencialmente, na produção e exploração de géneros para a sua posterior exportação. O restante, isto é, produção de géneros para consumo, como milho, arroz, mandioca, etc., eram secundárias, destinadas para tornar possível o objetivo principal, o de explorar e exportar (Prado Júnior, 1973, p. 26).

Ao falar de açúcar, será necessário mencionar a mais importante capitania e a principal produtora açucareira: a região pernambucana. Situando-se entre os rios Iguaçu e São Francisco, e abrangendo 60 léguas de litoral foi aqui que, já em 1516, se criou a primeira feitoria a sul do Itamaracá, devido à riqueza de um certo tipo de pau-brasil, conhecido por “pau-de-Pernambuco” (Serrão, 1963, p. 63). Anos mais tarde, aquando da criação das capitanias hereditárias, Duarte Coelho Pereira (1485-1554), fidalgo que já se tinha destacado como militar e capitão de naus em várias campanhas na Índia e África², tendo inclusive sido embaixador de Portugal no Sião, tornou-se no primeiro capitão de Pernambuco, à qual deu o nome de “Nova Lusitânia”, escolhendo Olinda como capital administrativa da capitania, sendo responsável pela sua expansão territorial (Marques, 1985, p. 114). Com ele vieram mercadores de Lisboa para o auxiliarem no desenvolvimento da produção de açúcar (Godinho, 2003, p. 102), e permitiu a construção de vários engenhos.

² Geneall: Duarte Coelho, senhor de Pernambuco, <http://geneall.net/pt/nome/58378/duarte-coelho-senhor-de-pernambuco/> (acedido em Setembro, 2016)

Também incentivou a plantação de algodão. Esta capitania foi ganhando relevo aos poucos, mas foi durante o período filipino que Pernambuco se tornou na mais importante capitania do Brasil, sendo também a maior produtora de açúcar, pau-brasil e algodão. No início da União Ibérica, Pernambuco tinha cerca de 66 engenhos, e 40 anos mais tarde, este número subiu para 150 (Costa, 2002, p. 13). A esta região chegavam estrangeiros e portugueses vindos de Viana do Lima, Porto e do Algarve, para exportarem os ricos géneros para a metrópole. A sua riqueza era tal que, já em 1561, piratas franceses atacavam o litoral.

Em 1595, James Lancaster, um pirata inglês, conseguiu tomar Recife, onde ficou durante quase um mês, saqueando tudo que fosse possível. No século XVII, tornou-se palco de vários conflitos, sendo a invasão holandesa a que mais se destacou, tendo os holandeses, inclusive, conseguido conquistar Recife, e só em 1661, com a assinatura do Tratado da Haia, é que a República Holandesa entregou a região conquistada a Portugal.

Um dos homens que mais se destacou no início da civilização do açúcar em Pernambuco, durante o período filipino, foi João Paes Velho Barreto, que se tornou no homem mais rico da região pernambucana.³ Nasceu em Viana de Castelo, não se sabe exatamente quando, e partiu para o Brasil ainda muito novo, entre 1557 e 1560. Participou em várias campanhas contra índios e estrangeiros, sendo lembrado como o herói da batalha da Baía da Traição, em 1584, onde lutou com os seus 300 homens após cinco dias de viagem a pé, e em 1592, comandou um dos navios de guerra do capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem⁴, com o propósito de expulsar, definitivamente, os índios e os franceses do Rio Grande do Norte.⁵ Foi responsável pela colonização desse local, bem como Paraíba. Chegou a possuir oito a dez engenhos de açúcar, que, após a sua morte, foram distribuídos pelos seus oito filhos. Foi o primeiro senhor do engenho a deixar para engenhos para todos os seus filhos. Graças aos vários engenhos que possuía e à sua produção, estabeleceu negócios com pessoas de várias regiões do mundo, incluindo Manuel Velho,

³ Geneall: <http://geneall.net/pt/nome/291463/joao-paes-velho-barreto/> (acedido em Julho de 2016)

⁴ Capitão-mor de Pernambuco de 1596 até 1603; responsável pela construção do Forte dos Reis Magos e da cidade Natal; teve como títulos Conselheiro da Fazenda e comendador da Ordem de Cristo;

⁵ Engenhos de Pernambuco: <http://engenhosdepernambuco.blogspot.pt/2014/04/joao-paes-velho-barretomorgado-do-cabo> (acedido em Maio de 2016).

guarda da alfândega do Porto, o personagem em volta do qual se construiu esta dissertação.

Pode-se concluir que, durante a dominação filipina, o Brasil ganhou um novo e importante estatuto entre os vários territórios da expansão transoceânica portuguesa, de que foram prova os ataques constantes de inimigos franceses, ingleses e holandeses, que tentaram conquistar as terras brasileiras para si. O pau-brasil, num primeiro momento e o açúcar, posteriormente, foram os principais motores da colonização e povoação da colônia portuguesa. Graças ao sistema de capitanias, primeira forma de organização político-administrativa brasileira, e à criação do Governo-geral, um poder unificador e centralizador, assistiu-se a uma maior exploração do território brasileiro, que, conseqüentemente, levou à plantação em maior escala de cana-de-açúcar. Ainda neste período, Pernambuco tornou-se na mais importante capitania brasileira, sendo a região com maior produção de açúcar, seguido por Baía. O sistema de capitanias hereditárias continuou a existir até ao período Pombalino, e o governo-geral durou até 1808, no momento em que a corte portuguesa instalou-se no Brasil.

Capítulo 4

**Manuel Velho e a doação à Santa Casa da
Misericórdia do Porto**

4. Quem foi Manuel Velho?

Aquando da morte do seu pai, Francisco Velho, em 1583, Manuel Velho herdou uma vasta herança, que abrangia herdades, casas em diferentes – e importantes - ruas da cidade do Porto e cargos na alfândega. Graças aos seus contactos e negócios com o Brasil, nomeadamente com João Paes Velho Barreto, de Pernambuco, e Cristóvão Pais, ou com Duarte Ximenes da Índia adquiriu uma enorme riqueza que o tornou num dos homens mais ricos da cidade do Porto de então.

O pai de Manuel Velho, quando fez testamento, residia numa das ruas mais célebres da cidade portuense: a rua dos Mercadores, o grande centro de comércio da cidade do Porto, cuja importância foi depois secundarizada pela novíssima Rua das Flores, aberta nos finais do reinado de D. Manuel I, exprimindo o crescimento populacional e o desenvolvimento económico da cidade. Por sua vez, quando redigiu o seu testamento, em 1597, Manuel Velho já vivia na Rua das Aldas.

Francisco Velho, em 1583, por estar acamado do mal da gota, decidiu redigir o seu testamento, onde diz ser “enquiridor e contador desta cidade e da fazenda e do juiz do mar e das sisas e dos contos”⁶, e diz ter recebido, por carta de D. João III, o direito de nomear um sucessor para exercer os seus cargos quando morresse, e, assim, nomeou o seu filho. Deixou-lhe também a sua casa da Rua das Aldas, também célebre por ser o local de acesso à zona ribeirinha e mercantil da cidade, a quinta de S. Cosme, e a herdade de Valbom. Quis que, caso Manuel Velho não tivesse descendência, deixasse os seus bens para a Misericórdia do Porto, algo que foi cumprido em 1598. De igual modo deixou uma série de dívidas que Manuel Velho acabou por não pagar na totalidade.

Não se sabe ao certo quem foi a sua mãe, mas sabe-se que seu pai era casado com uma mulher chamada Ana Luís, que tinha uma filha, Isabel Luís, a quem Manuel Velho deixou “móvel ou outra coisa que valha 12 mil reis”⁷ para “amparo de Maria Velha sua filha”⁸. Tinha também uma prima, Francisca Luís, a quem deixou oito mil reis.

⁶ AHSCMP, serie H, banco 6, livro 17, fl. 171

⁷ AHSCMP, série H, banco 3, livro 3, fl.12

⁸ AHSCMP, série H, banco 3, livro 3, fl.12

Não se sabe também a data exata do seu nascimento, mas, no seu testamento, diz ter 43 anos. Começou a trabalhar na alfândega do Porto no dia 11 de Setembro de 1589, e exerceu essa função até 3 de Setembro de 1590. Em 1596, começou a trabalhar como guarda da Alfândega, cargo que exerceu até à data da sua morte (1598). No seu testamento, é possível saber, em termos gerais, quanto rendeu o serviço prestado à alfândega durante os últimos três anos em que trabalhou nela. No ano de 1596, rendeu 63,741.966 reis, em 1597, 5,089.304 reis e, desde o início do ano de 1598 até à data da sua morte, 5 de Julho, 1,119.129 reis.⁹

Tendo trabalhado na Alfândega do Porto, estabeleceu relações com inúmeros negociantes, como João Paes Velho Barreto de Pernambuco, tendo inclusive deixado dinheiro que lhe devia por erros cometidos na venda de açúcar. Ainda no Brasil, era conhecido de Cristóvão Pais, tendo negócios com ele, relativos à venda de pau-brasil, deixando igualmente dinheiro. E tendo também negócios com o Oriente, deixou dinheiro aos herdeiros de Francisco Duarte Ximenes, e aos seus companheiros do contrato que tinha na Índia. Manuel Velho poderá até ter estado, inclusive, no Brasil durante algum tempo.

Em Portugal, era conhecido de feitores e recebedores da alfândega de Viana do Castelo (Francisco da Cunha), Vila do Conde (António de Aguiar), Aveiro (Manuel Ribeiro), Buarcos (Jorge Rodrigues), Caminha e Lisboa. Nesta última cidade, conhecia Julião Pais, a quem deixou dinheiro para os seus herdeiros por erros que cometeu na venda de açúcar.

Assim, após a leitura e análise do testamento, é possível concluir que Manuel Velho foi, de facto, uma pessoa importante na economia e finanças da cidade do Porto. Os contratos que tinha com outros importantes homens de negócios, quer no Brasil, quer no Oriente, fizeram dele um dos seus homens mais ricos. Como veremos, Manuel Velho fez uma importante contribuição para a misericórdia do Porto.

⁹ AHSCMP, série H, banco 3, livro 3, fls. 262v - 270

4.1. Misericórdia, herdeira de Manuel Velho

A Santa Casa da Misericórdia do Porto surgiu em 1499, por ordem de D. Manuel I, com o intuito de prestar auxílio aos pobres e presos. No início, instalou-se no claustro velho da Sé, onde permaneceu até à sua mudança para a Rua das Flores, local onde se encontra ainda hoje, ainda que as suas instalações tenham sido recentemente transformadas no Museu da Misericórdia do Porto, aberto ao público em 2015. Em 1521, D. Manuel I ordenou que se anexassem os hospitais de Rocamador (também conhecido como Roque de Amador), Cimo de Vila e Santa Clara, com todos os seus bens e heranças, à Misericórdia, e, a partir de então a sua importância cresceu. A confraria começou a receber legados, apesar de pequenos, exceto a doação de Belchior Pais, que enriqueceu no Oriente, e foi o maior benfeitor da primeira metade do século XVI.

As doações mais avultadas começaram finalmente a aparecer no último quartel do século XVI, correspondendo a um momento de desenvolvimento económico da cidade do Porto, devido não só ao trato com as ilhas do Atlântico, mas também com o Brasil (Barros, 2010, p. 77), na altura em que o açúcar se tornava num dos mais importantes géneros de exportação.

De igual modo chegaram à Misericórdia doações de emigrados portugueses. Foram estas que permitiam consolidar o património da confraria em bens e rendimentos de forma a assegurar a continuidade da assistência aos pobres. Entre as doações mais importantes, temos o exemplo de Manuel Fernandes de Calvos, falecido na Índia e conhecido como o *Rico de Ormuz*, deixando uma avultada herança à Santa Casa da Misericórdia do Porto, recebida em 1582 (Barros, 2010, p. 77).

1584 foi o ano da mais célebre doação da Misericórdia do Porto, a de D. Lopo de Almeida, fidalgo e sacerdote, membro do Conselho Régio, capelão de Filipe II, que doou todos os seus bens a esta instituição, permitindo a construção de um hospital, que recebeu o seu nome.

A herança de Manuel Velho, alvo de análise desta dissertação, vai coincidir com o momento em que as doações mais volumosas começaram a ser mais frequentes.

4.2. O testamento

Os testamentos são importantes fontes para estudar mentalidades, crenças, doutrinas, religiosidade e perceber o contexto económico e social em que o testador se inseria. Para além de permitirem conhecer a forma como o testador dispôs dos seus bens, fornecem-nos elementos sobre as suas relações sociais e familiares.

Desta forma, prosseguimos com uma análise do testamento de Manuel Velho, de modo a entender o meio onde vivia, e as suas relações com inúmeras pessoas, muitas delas já referidas em páginas anteriores.

Logo que faleceu, durante a noite de 5 de Julho de 1598, por ser feitor e recebedor da Alfândega do Porto e trabalhar com dinheiros de Sua Majestade, o corregedor dirigiu-se imediatamente à sua residência na rua das Aldas, tendo perguntado a uma criada chamada Madalena¹⁰ se Manuel Velho tinha feito testamento. Esta respondeu que sim, e, com uma chave, abriu um guarda-roupa, de onde tirou o testamento, cerrado e fechado com quatro selos de lacre vermelho, com o sinete de armas que deviam ser de Manuel Velho.¹¹

Assim, na presença de Simão do Vale Peixoto, desembargador del rei, Diogo Brandão, contador da fazenda e provedor da Misericórdia do Porto, Diogo Rui, juiz de fora da cidade, e de Jorge Barbosa, escrivão da correição, o corregedor abriu a capa de papel, onde estava o dito testamento, escrito e assinado por Manuel Velho e aprovado por Nicolau Velho, tabelião de notas da cidade do Porto, e leu-o.

No dia 30 de Agosto de 1597, Manuel Velho, dizendo ter 43 anos, temendo a hora da morte, redigira o seu testamento em que deixava, grande parte dos seus bens à Santa Casa da Misericórdia do Porto, confraria da qual era irmão, tal como o seu pai em tempos fora. Constituiu seus testamenteiros José Aranha de Vasconcelos e Francisco de Magalhães, pedindo a cada um deles que fizessem cumprir o seu testamento.

¹⁰ As fontes não referem quem lhe deu a chave.

¹¹ AHSCMP, série H, banco 3, livro 3, fl.12

Manuel Velho quis que o seu corpo fosse sepultado no mosteiro de S. Domingos, onde se encontravam já os túmulos de seu pai, Francisco Velho, e da sua mãe, cuja identidade nunca é declarada nas fontes. Acompanhá-lo-iam os irmãos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, a coraria da Sé, os padres de S. Domingos, os padres de S. Francisco, e os confrades das confrarias do Espírito Santo, da de Nossa Senhora das Dores, os de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos e os do Bem-Aventurado S. João Batista. Pediu que se rezassem 300 missas pela alma dele, no Mosteiro de S. Domingos, e que espalhassem água benta sobre a sua sepultura. Ainda no dia do seu falecimento, “me mandarão dizer uma missa a Nossa Senhora da Silva e me farão no mesmo dia o ofício de nove lições e dentro da mesma semana me farão mais outros dois ofícios semelhantes no dito mosteiro com todas as ordens com suas vésperas no dia antes do ofício sem mais outra dilação e nesses dias se não tangerão sinos somente em meu falecimento tangerão todos os da sé e o mesmo quando meu corpo for para a sepultura.”¹² Manuel Velho pretendia, portanto, um funeral bem concorrido de confrarias e sacerdotes, com um número de missas na ordem das centenas. Iria a enterrar com grande concurso de gente, no meio de alguma pompa, depois de encomendada a sua alma.

Tal como em muitos outros testamentos, o defunto queria ajustar contas com os vivos. Como vimos atrás, Manuel Velho reconhecera enganos nas contas com seus antigos parceiros de negócios. Agora elencava as dívidas que devia a várias pessoas. Assim, a Baltasar Fernandes de Massarelos, deixou oito mil reis pela sentença que houve contra ele (2 cruzados x 400 reis = 8000) reis. Aos herdeiros de frei Domingos de Coimbra, padre da Ordem de S. Domingos, pediu para que pagassem dois mil cruzados, por serviços prestados durante vários anos. A Cristóvão Lopes, escrivão das sisas da Maia, pediu que dessem dois mil reis, por “satisfação em parte da perda que lhe dei em sua prisão”¹³ Aos herdeiros de Francisco Duarte Ximenes e aos seus companheiros no contrato da Índia, mil e duzentos reis. Aos herdeiros de Gonçalo Nunes, quatrocentos reis. Em relação às dívidas, pediu ainda que se pagassem as que restavam de seu pai, que, apesar de ter pago muitas delas, ainda tinha algumas por pagar.

¹² AHSCMP, série H, banco 3, livro 3, fl.10

¹³ AHSCMP, série H, banco 3, livro 3, fl.11

Deixava ainda vários legados, sob a forma de esmola. Aos Padres de S. António do Vale da Piedade, deu dois mil reis de esmola e aos Lázaros outros dois mil reis, e aos presos pobres deu cinco alqueires de pão cozido, de milho e centeio, e dois almudes de vinho.

A Isabel Luís, filha de seu pai, Francisco Velho, pediu que dessem doze mil reis para a ajudar a criar a sua filha, Maria Velha, e à sua prima, Francisca Luís, pediu que dessem oito mil reis em dinheiro.

A Isabel Velha, criada de sua casa, que residia em S. Cosme, pediu que lhe dessem quatro mil reis, dos quais não lhos deu antes, tendo-os guardado para amparo de sua filha ou para outra necessidade que se lhe apresentasse.

A Isabel, filha bastarda de Roque Coelho de Moraes, ou a seus herdeiros, pediu que dessem mil e oitocentos reis. A Francisco da Mota Rebelo pediu que dessem quinhentos reis.

Aos herdeiros de Julião Pais, feitor e recebedor da Alfândega de Lisboa, cinco mil reis de erros que cometeu na venda de açúcar (e de outros sem a sua licença), e, por isso, pediu que lhe pedissem perdão. E como já foi referido em páginas precedentes, a Cristóvão Pais do Brasil deu outros dez mil reis, igualmente por ter cometido erros na venda de pau-brasil. A João Paes Velho Barreto de Pernambuco pediu que se pagasse conforme o seu livro, igualmente por erros que tinha cometido na venda de açúcar. A outras pessoas pediu que se pagassem conforme o que está escrito no livros de lembranças.

A Madalena, filha de António Gonçalves de Moreira, que serviu a casa de Manuel Velho por muitos anos, deu oitenta mil reis, pelo serviço bem prestado. Este dinheiro seria para o seu casamento, sendo que vinte mil reis seriam em bens móveis e os restantes sessenta mil em dinheiro para que ela fizesse o que lhe apetecesse no caso de não casar. Se Madalena morresse antes de receber o dinheiro, dariam a seu pais vinte e cinco mil reis em dinheiro ao pai pelos serviços prestados, e mais cinco mil reis em bens móveis, num total de trinta mil reis.

Declarou que se pagassem todos os legados o mais rápido possível e, caso faltasse o dinheiro, que se vendessem bens móveis ou de raiz.

Pediu ainda que se pagassem as soldadas a todos os seus criados. Não devia dinheiro exceto a Pêro de Sousa, do tempo em que o começou a servir pela segunda vez, como constava no seu livro das lembranças. Mencionou ainda

Cristóvão, que o começou a servir desde menino, tendo-lhe pago, até ao ano de 1594, a aprendizagem do ofício de alfaiate. Este desistira, mas Manuel Velho mantivera-o e dera-lhe de vestir e calçar, e "... porque do ano de 94 me serviu mando lhe paguem à razão de cinco mil reis por ano e do que lhe abaterão o que ele me deve no meu borrador de lembranças"¹⁴

Das rendas de Aguiar e Gondomar, pediu que se pagassem o que devia¹⁵, ou seja, um montante de um ano, onze mil quatrocentos e sessenta reis. O que lhe deverem os caseiros destas terras pode-se verificar nos livros.

Ao bispo do Porto, que na altura era D. Jerónimo de Meneses, e cabido da cidade do Porto pediu que dessem vinte mil reis de erros que cometeu contra os seus direitos na alfândega e quitas que fez sem sua licença.

Por fim, Manuel Velho mencionava as suas propriedades. Declarou que possuía, por prazo de três vidas, o casal de S. Cosme, propriedade do mosteiro de Cedofeita, em que ele era a primeira vida. Tinha ainda um casal na Maia, na freguesia de Vermoim, em que o senhorio era Fernão Ribeiro, e de que ele era a derradeira vida. Possuía casas na Rua dos Mercadores (prazo da Capela dos Baldaias), em que era a segunda vida, as quais emprazou a Baltasar de Morais por onze mil reis a cada ano, dando a ideia que as subemprazava. Possuía mais outras casas nas traseiras da Rua das Aldas, com quintal, que eram prazo do cabido da cidade do Porto, com vinte reis de foro, embora o documento de emprazamento se tivesse perdido. Possuía ainda casas da Rua das Aldas, onde vivia, uma em que fazia prazo fateusim com quinhentos reis de foro a Diogo de Madureira, e outra casa, em que Diogo de Madureira era primeira vida e Manuel Velho segunda, e pagava dois mil reis de pensão por ano. Tinha ainda uma loja herdada que comprou a Vicente Aranha, genro de Gaspar Monteiro, a qual sogra vivia por debaixo das casas de Diogo de Madureira.

E assim, nomeou como segunda e terceira vida a irmandade da Misericórdia do Porto, que teria os mesmos direitos que Manuel Velho detinha nestas propriedades. Portanto, fez da Misericórdia sua herdeira, de todas as propriedades atrás referidas, e de tudo o resto que lhe pertenceu, que seria para vender, no espaço de um ano, para esse dinheiro ser gasto ao serviço da casa. Deixou também todo o seu móvel e dinheiro que restasse após o pagamento dos

¹⁴ AHSCMP, série H, banco 3, livro 3, fl.15

¹⁵ A fonte faz referência a um conde, mas não se refere quem era este conde em concreto

seus legados e dívidas. E ainda deixou outra herdade da freguesia de Valbom, cuja administração passaria para a Misericórdia, tal como o seu pai pedira no seu testamento, em 1583.

Manuel Velho finalizava o seu testamento dizendo que, até à sua morte, poderia vir a contrair mais dívidas, ou que pessoas poderiam passar a dever outras e mais coisas, ou pode ser que se paguem algumas das coisas atrás escritas ou modificar e acrescentar outras, portanto declarou que, caso venha juntamente com o testamento algum papel assinado por ele, que se lhe dê crédito, pois nele declarou algumas coisas para alterarem no testamento.

Segue-se a confirmação de que, no dia 4 de Janeiro do ano de 1598, Manuel Velho se dirigiu à Rua do Terreiro do Cais, onde entregou o seu testamento ao tabelião Nicolau Velho, pedindo-lhe que cumprisse tudo o que ele tinha redigido. E assim, o tabelião Nicolau Velho aprovou-o, assinando-o com mais seis testemunhas: Amador Varela, Manuel Velho, António Pereira, Francisco Pereira, Paulo de Ponte e Alexandre.

E assim, após a abertura e leitura do testamento, o corregedor mandou que este se cumprisse. Procedeu-se, então, à assinatura das testemunhas do auto, Simão do Vale Peixoto (irmão da casa da Misericórdia), Diogo Brandão, Francisco da Mota Rebelo, Pantaleão Rebelo, Salvador Nunes.

Seguem-se os pagamentos feitos dos legados que Manuel Velho deixou, bem como as suas despesas para o cumprimento dos seus últimos desejos. Tal como pediu, tudo foi pago. Igualmente se faz menção às despesas relacionadas com o cumprimento do testamento. E após a confirmação de que várias pessoas receberam aquilo que deixou, seguem-se as peças que a Santa Casa da Misericórdia do Porto recebeu, e o seu respetivo valor.

4.3. Inventário

Tal como os testamentos, os inventários são importantes fontes históricas que possibilitam o estudo da vida social, doméstica e as preferências individuais das pessoas. Permitem desenvolver o estudo do património respetivo, bem como perceber quais as condições económicas e financeiras da pessoa a quem

os bens pertenciam. A própria cultura e educação da pessoa pode ser abordada através quantidade de livros deixados.

Os bens do inventário de Manuel Velho, de que a Casa da Misericórdia do Porto tomou posse, provinham da quinta de S. Cosme. Podem ser divididos em três diferentes grupos, relacionados com o destino que lhes foi dado: os objetos que foram para a casa da Misericórdia; os que eram para aos pobres ser doados como esmola; e os que foram para o Hospital.

Cada grupo tem as suas características, isto é, para o hospital, vemos a serem doados objetos como tigelas, panelas, e até efusões' de mel, alimentos como figos, caixas de marmelada, travesseiros e lençóis para as camas e algumas peças de vestuário. Para serem dadas como esmola vemos peças de vestuário, como calções, gibões e camisas. Finalmente, destinadas à casa da Misericórdia, vemos objetos e outros materiais do tipo decorativo, e também sacos de cereais, como trigo e centeio, que acabaram por ser vendidos. Ainda há registo de outros bens que foram para armação e outros cujo destino não foi possível saber.

Sabe-se também que, em 1610, a Misericórdia ainda dispunha de bens pertencentes a Manuel Velho, que foram vendidos por quinze mil e cento e trinta reis pelo irmão António Barbosa, mas estes não estão presentes no inventário da quinta de S. Cosme.

Tabela 1 - Bens doados como esmola

Descrição de Bens	Quantidade	Valor
Colete de fustão pardo	1	200 reis
Roupeta de can jante velha	1	300 reis
Gibão de rexado velho	1	1 tostão
Chapéu velho com um véu	1	1 tostão
Capa de baeta velha	1	6 tostões
Gibão velho de landa rosada	1	1 tostão

Fonte: AHSCMP, Série H, livro 3, banco 3, fls. 180-183

Tabela 1 - Bens doados como esmola (continuação)

Descrição de Bens	Quantidade	Valor
Roupetas de baetas velhas	2	300 reis cada uma
Sobrebotas de pano pardo	1	80 reis
Varas de frisa, cor de canela	10	8 vinténs e a vara 1.600 reis
Varas de burel que foram dadas como esmola aos padres de Santo António do Vale da Piedade	36 varas de burel	<hr/>

Fonte: AHSCMP, Série H, livro 3, banco 3, fls. 180-183

De facto, podemos verificar que a maioria destes bens eram peças de vestuário, como já foi referido anteriormente. Sendo o vestuário um bem valioso na época, parece fazer sentido que se tenha doado a maioria destes bens como esmola.

Denota-se igualmente que, apesar de algumas peças serem velhas, valiam dinheiro, mais uma vez mostrando que o vestuário era, de facto, um bem precioso para a época. Por exemplo, as “roupetas de baetas”, eram velhas e mesmo assim, foram avaliadas em 300 reis cada uma.

Será igualmente interessante referir que as roupetas eram vestimentas típicas espanholas, usadas sobre o gibão, trazidas para Portugal no decorrer do século XVI, numa altura em que a moda hispânica estava em voga, mas foram popularizadas com a União Ibérica.

Outra curiosidade é a doação das 36 varas de burel, um pano de lã que servia para cobrir camas, aos Padres de Santo António do Vale da Piedade, uma congregação de mendicantes, a quem Manuel Velho já tinha doado dois mil reis em dinheiro, como se pode confirmar nas páginas anteriores.

O “chapéu velho com um véu” era uma peça típica feminina, que poderia ter pertencido ao defunto, mas não para uso pessoal. Poderia ter pertencido a um familiar.

As “capas de baeta” eram, na altura, consideradas mais adequadas para serem usadas durante cerimónias religiosas.

Seguem-se os bens que foram entregues ao Hospital, em duas tabelas diferentes, agrupando-os em dois diferentes tipos: Peças de vestuários e Alimentos e utensílios

Tabela 2 - Bens destinados para o Hospital: Peças de vestuário

Descrição de Bens	Quantidade	Valor
Toalha de mesa velha e rota	1	50 reis
Torreadores	4	250 reis
Paninhos de renda de oratório	2	100 reis
Pares de ceroulas novas	2	300 reis
Camisas usadas	1	1 tostão
Manta da Irlanda	1	160 reis
Camisa de festo velha	1	1 tostão
Toalha velha	1	1 tostão
Camisas velhas e umas ceroulas	2 camisas e umas ceroulas	2 tostões
Enxergão velho com lã	1	160 reis
Lençóis de estopa nova delgada, de três panos cada um	4	360 reis cada um, total de 1.440 reis.
Lençóis de linho usados	3	320 reis, no total 960 reis

Fonte: AHSCMP, Série H, livro 3, banco 3, fls. 180-183

Tabela 2 - Bens destinados para o Hospital: Peças de vestuário (continuação)

Descrição de Bens	Quantidade	Valor
Pano de lençol roto	1	40 reis
Camisas de linho de festo	4	200 reis cada uma, no total 800 reis
Ceroulas usadas	4	200 reis
Travesseiro de linho já usado com almofadas do mesmo	1	300 reis
Toucaadores de linho grossas	2	80 reis
Panos de peito grossas	3	60 reis
Toalhas de mão de linho rotas	2	100 reis
Guardanapos usados	3	80 reis
Almofadinha velha	1	20
Fronhas de almofadas de fustão cheio de penas	3	300 reis
Cobertor de guedelha branco usado	1	600 reis
Cobertor azul velho	1	2 tostões
Lençóis novos de Lisboa e um velho	4 novos e 1 velho	1.500 reis o novos e 120 reis o velho. Total de 1.620 reis
Chumaço de travões e uma almofada do mesmo com uma camisa	1	1 cruzado

Fonte: AHSCMP, Série H, livro 3, banco 3, fls. 180-183

Tabela 2 - Bens destinados para o Hospital: Peças de vestuário (continuação)

Descrição de Bens	Quantidade	Valor
Camisa de linho velha	1	Um vinte
Toalha de água para as mãos de linho	1	80 reis
Guardanapos novos	1	
Roupão preto de guedelha	1	400 reis
Manta de cacheira de dois panos	1	150 reis
Colchão de linho, um mais velho que o outro	3	1.500 reis

Fonte: AHSCMP, Série H, livro 3, banco 3, fls. 180-183

Tabela 3 - Bens destinados ao Hospital: Alimentos e utensílios

Descrição de Bens	Quantidade	Valor
Caixa de marmelada	2	800 reis
Testos de ferro	10	8 vinténs, no total 160.
Panelas de açúcar rosado	4	
Panela de cidrada	1	300 reis
Efusão de mel	1	120 reis
Porrão de mel	1	Nada
Figos e peras passadas	Uns poucos	100 reis
Amêndoas e cascas	Uns poucos	Nada
Panela deflorada velha	1	100 reis
Abóbora de conserva do Brasil	Um pouco	160 reis
Barril de passa da terra		2 tostões
Canas binha (?) com grãos-de-bico	1	40 reis
Bocetas de goma	2	120 reis

Fonte: AHSCMP, Série H, livro 3, banco 3, fls. 180-183

Tabela 3 - Bens destinados ao Hospital: Alimentos e utensílios (continuação)

Descrição de Bens	Quantidade	Valor
Arroz	Um pouco	2 tostões
Manteiga	Um pouco	120 tostões
Púcaros, entre novos e velhos, de Lisboa e de Aveiro	26	
Cocora velha	1	300 reis
Caixa nova castanha	1	800 reis
Sacos velhos vermelhos de beber	2	30 reis
Corda de linho	1	50 reis
Servidor (de serrilha?) pequeno	1	1 vintém
Púcaros velhos vermelhos de beber	6	30 reis
Panela “deflorada”	1	100 reis
Outra de figo	1	1 vintém
Açafrão e uma panela	1 panela e um pouco de açafrão	1 vintém
Porrões de manteiga	3	2 tostões
Efusão de pingue	1	
Tigela e púcaro (de serrilha?)	1 tigela e 2 púcaros	1 vintém
Pincéis velhos	4	Dois vinténs
Porrão com um pouco de açafrão	1	1 cruzado

Fonte: AHSCMP, Série H, livro 3, banco 3, fls. 180-183

Daqui, podem-se tirar várias conclusões. Em primeiro lugar, a maioria dos bens pertencentes a Manuel Velho foram para o hospital, mostrando que este local talvez fosse o que mais precisava de contribuições, tendo em conta que,

naquele tempo, o número de doentes era bastante elevado, coincidindo com o crescimento económico e urbano já referido nas páginas anteriores.

Denota-se também que foram para o Hospital os bens de melhor qualidade, como “lençóis novos de Lisboa”, “lençóis de estopa nova delgada”, “colchões de linho” ou até os dois “pares de ceroulas novas”. Verifica-se também que a maioria destes bens eram feitos de linho. E, novamente, vemos que, apesar de algumas peças serem velhas, valiam dinheiro.

Do mesmo modo, pode-se verificar bens relacionados com a profissão de Manuel Velho e com os negócios que detinha quer no Brasil, quer no Oriente, como o “açúcar rosado”, que, naquela altura, era usado em receitas caseiras para tratar dores intestinais, ou “abóbora de conserva do Brasil”, e açafraão, usado, evidentemente, como condimento, que também podia ser usado para fins medicinais.

Também se pode verificar uma avultada quantidade de púcaros, vasos que serviam para beber água ou para verter líquidos, muito usados em Portugal durante os séculos XVI e XVII (talvez por influência castelhana), e de outros utensílios úteis para o tratamento e bem-estar dos pacientes, como panelas, tachos e tigelas.

O grande número de camisas de linho (figuras 4 e 5) poderá estar relacionado com a prática de limpeza corporal por meio de linho limpo, isto é, invés de tomarem banho, era costume na época, entre os grupos mais abastados, usarem camisas de linho para serem trocadas diariamente. Isto porque o linho absorvia o suor e oleosidade da pele, e ao ser trocado regularmente, era o suficiente para se ficar limpo.

Alguns dos vestuários de uso quotidiano, referidos como usados e velhos, eram, normalmente, deixados em testamentos para os herdeiros familiares, por terem grande valor. No caso concreto de Manuel Velho, a Misericórdia ficou com estes mesmos bens, que por sua vez os entregou ao Hospital, para os pacientes.

As duas “Bocetas de goma” (figura 6) poderiam ter sido para guardar dinheiro ou joias.

Os vinte e seis “Púcaros, entre novos e velhos, de Lisboa e de Aveiro” foram distribuídos pela casa da Misericórdia e pelo Hospital.

Será necessário referir que “Irlanda”, neste caso, era um tecido fino de linho ou algodão.

Veremos, na tabela seguinte, os bens que foram para a Casa da Misericórdia do Porto.

Tabela 4 - Bens destinados à Santa Casa da Misericórdia

Descrição de Bens	Quantidade	Valor
Guarda porta de guadamecim dourada	1	1.000 reis
Sacos, entre velhos e usadas	18	1 tostão, mas no total 900
Varas de estopa	4	40 reis a vara, total 160
Varas de estopa	3	30 reis, total de 90
Um serrão de esparto de Santo António e uma esteira	1 de cada	1.000 reis
Varas de estopa grossa em pois pedaços	9	30 reis e a vara 90, mas depois corrige para 270
Talha com um pouco de azeite	1	
Cesto com umas poucas de cordas		
Varas de estopa grossas	30	40 reis a vara

Fonte: AHSCMP, Série H, livro 3, banco 3, fls. 180-183

Tabela 4 - Bens destinados à Santa Casa da Misericórdia (continuação)

Descrição de Bens	Quantidade	Valor
Meia asa de açúcar e uma efusão de lanhoso (?)	Uma efusão	600 reis
Almude de azeite	1	1 cruzado
Marca de ferro que era do defunto	1	
Púcaros entre novos e velhos de Lisboa e Aveiro	26	
Alqueires de milho	7	200 reis cada, no total 1.400 reis
Saco de alqueire de milho	1	200 reis
Cofre com benjoim que ficou na casa	1	
Resmas de papel, quer de marca grande, quer de marca pequena	5 de marca grande e 4 de marca pequena	
Mãos de papel	10 mãos de papel	
Alqueires de milho	64	
Alqueires de centeio de terra	123 alqueires	
Alqueires de milho	138 alqueires de milho	

Fonte: AHSCMP, Série H, livro 3, banco 3, fls. 180-183

Antes das conclusões, é necessário referir que dos sessenta e quatro alqueires de milho, foram vendidos quarenta, dos quais Francisco de Mota Rebelo recebeu 16.000 reis e os entregou à Misericórdia.

Deste modo, pode-se verificar que a Misericórdia ficou com bens de motivo decorativo, como é o caso “Guarda porta de guadamecim dourada” Estas eram tapeçarias que se penduravam na porta, para evitar as correntes de ar.

Os “púcaros entre novos e velhos de Lisboa e de Aveiro”, como já foi referido, foram distribuídos entre o Hospital e a Casa da Misericórdia (não se sabe ao certo quantos foram para um e para o outro), que poderiam ser úteis para armazenar alimentos.

Mais uma vez vemos a presença de bens relacionados com a profissão de Manuel Velho, nomeadamente a “meia asa de açúcar”. Por ser um bem valioso, poderia a casa da Misericórdia vender posteriormente, e talvez foi por isso que este bem tenha ido para este lugar.

Denote-se também a grande quantidade de estopa, tecido grosso de linho que podia ser usado para fazer vestuário ou calafetar navios ou ainda para fazer cordas.

A “marca de ferro que era do defunto que ficou na casa” poderá ter sido um brasão de armas de Manuel Velho, já referido no testamento do seu pai, Francisco Velho, quando quis ser “sepultado no mosteiro de são domingos desta cidade na sua sepultura em que jaz seu pai Afonso Velho que tem as armas dos velhos que diz no letreiro que tem ser dele Francisco Velho e de seus herdeiros”¹⁶. Do mesmo modo, e como já foi referido anteriormente, quando o corregedor abriu o testamento de Manuel Velho, o mesmo estava cerrado “com quatro selos de lacre vermelho com o sinete de armas que deviam de ser do dito Manuel Velho”¹⁷.

¹⁶ AHSCMP, série H, banco 6, livro 17, fl. 169v

¹⁷ AHSCMP, série H, banco 3, livro 3, fl. 9

Outra curiosidade é o “cofre com benjoim”. Benjoim era uma resina amarela e com odor, utilizada por boticários, originária da Ilha da Samatra¹⁸, que poderia servir para aromatizar tecidos, conforme era costume na época. Os pedaços deste material podia ser colocados em saquinhos ou costurados nas peças de vestuário.

Ainda houve bens que foram para “armação”. No entanto, as fontes não nos indicam que tipo de armação era esta.

Tabela 5 - Bens para a Armação

Descrição de Bens	Quantidade	Valor
Meadas de fio de frades de guita	4	120 reis
Alqueires de farinha de trigo	4	2.000 reis (corrige depois para 50)
Alqueires de farinha de milho	3	6 tostões

Fonte: AHSCMP, Série H, livro 3, banco 3, fls. 180-183

E aqueles cujo destino não foi indicado

Tabela 6 - Bens sem destino

Descrição de Bens	Quantidade	Valor
Colete de figura de tafetá roxo	1	100 reis
Enxergões velhos	3	Cada um 3 vinténs.

Fonte: AHSCMP, Série H, livro 3, banco 3, fls. 180-183

¹⁸ Glossário Portas Adentro: <http://www.portasadentro.ics.uminho.pt/> (acedido em Outubro, 2016)

Como já foi referido, em 1610, a Misericórdia vendeu alguns bens da fazenda que restou de Manuel Velho, mas estes não estão presentes no inventário da quinta de S. Cosme. Para completar a informação, decidimos fazer uma tabela com o que foi vendido. Assim:

Tabela 7: Bens vendidos em 1610

Descrição de Bens	Quantidade	Valor
Anéis de ouro	3	1.500 reis
Castiçal de prata	1	3.550 reis
Taça de prata	1	2.820 reis
Pedra verde engastada em prata	1	280 reis
Anéis	7	
Frasco com alcofes	1	
Relicário	1	
Losa com pedra azul de vidro, tudo em ouro	1	6.900 reis
Gobilete de prata	1	
Anel de ouro	1	580 reis

Fonte: AHSCMP, Série E, livro 14, banco 1, fls. 17v-18

Como se pode verificar, estes bens eram bem mais valiosos que os restantes. Foram vendidos, no total, por 15.130 reis por António Barbosa, irmão da Santa Casa da Misericórdia, cujas peças lhe foram dadas por outros irmãos e corregedores da mesma instituição “para as ir vender a quem por elas mais desse”¹⁹. Por sua vez, este dinheiro foi dado ao tesoureiro da casa, António Leite da Costa. A fonte não nos diz porque é que se venderam estes bens, mas dá-nos outras informações, como quem foram os ourives que as avaliaram, Bernardo Dinis, ourives de prata, e Gaspar Vieira, ourives de ouro.

¹⁹ AHSCMP, série E, banco 1, livro 4, fl. 17v

A posse de alguns destes objetos pode, igualmente, estar relacionada com o facto de S. Cosme e Valbom, localidades onde Manuel Velho possuía propriedades, terem sido locais de grande produção de artigos ligados à ourivesaria.

O “Gobilete de prata”, pela sua semelhança às palavras *Gobelet* em francês e *Goblet* em inglês, supõe-se que terá sido um cálice de prata (figura 7). Estavam geralmente associados ao momento da conversão da água em vinho, durante a celebração da missa, mas como não dispomos de informações concretas, não devemos considerar isto como certo.



Figura 4 - Camisa de linho de dormir, dos primeiros anos do século XVI

Fonte: Kostym: http://www.kostym.cz/Anglicky/1_Originaly/02_Renesanci/I_02_78.htm

Figura 5 - Réplica de uma camisa de linho com rufo do século XVI, feita na atualidade.

Fonte: Pedrete Trigos: <http://elaprendizdesastre.blogspot.pt/2014/07/camisa-labrada.html>



Figura 6 - Exemplo de uma boceta do século XVI.

Fonte: Matriz Pix:

<http://www.matrizpix.dgpc.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPESQ=2&NUMPAG=1®PAG=50&CRITERIO=cofre+16dc&IDFOTO=103654>



Figura 7 - Exemplo de um Cálice de prata espanhol, dos finais do século XVI

Fonte: Christies: <http://www.christies.com/lotfinder/lot/a-fine-spanish-parcel-gilt-silver-circa-1575-4595212-details.aspx?from=salesummary&pos=10&intObjectID=4595212&sid=b10a8743-6349-41cb-a109-101b7b722cd4&page=26>

4.4. O que poderão estes bens nos dizer sobre Manuel Velho?

Em primeiro lugar, o mais óbvio e o que viemos a dizer desde o início desta dissertação: que, de facto, Manuel Velho era um homem com uma avultada riqueza, adquirida através dos seus negócios com os diversos pontos do mundo. A sua riqueza, e o que herdou do seu pai, permitiu que tivesse várias casas e propriedades, bem como muitos outros bens que, para a época, eram considerados valiosos.

A presença de objetos religiosos, como o “Relicário” e o “Serrão de esparto de Santo António” pode indicar-nos que deveria ser um homem com muita fé e com grande fervor religioso, tal como comprovam as restantes doações que fez às várias ordens religiosas, como a dos Padres de S. António do Vale da Piedade, a dos Lázaros e, mais concretamente, à Santa Casa da Misericórdia do Porto, sobre a qual tem especial relevo esta dissertação.

Os bens presentes na fonte de 1610, apesar de serem pouco numerosos, mas de relevante preciosidade, leva-nos a crer que Manuel Velho teria sido um homem que apreciava objetos de grande valor económico, e, em alguns casos, também de grande índole religiosa.

O Relicário e os dois panos de oratório (e se formos a considerar o “gobilete” como um cálice de prata relacionado com a celebração religiosa) leva-nos a crer que Manuel Velho poderia ter um oratório em alguma das suas propriedades, mostrando mais uma vez que era um homem religioso.

A imensa variedade de camisas de linho pode-nos dizer que Manuel Velho poderá ter seguido a prática da limpeza corporal pela troca de linho limpo, que como já foi referido, era um costume comum na época. Outro bem de higiene que podemos aqui referir é o toucador de linho grosso, usado pelos homens para fazerem a barba.

4.5. A contribuição de Manuel Velho para o património da Misericórdia

No dia 9 de Junho de 1598, quatro dias após a morte de Manuel Velho, Belchior Peres, solicitador da Santa Casa da Misericórdia do Porto, foi ao encontro de Jorge Barbosa, escrivão da correição, com uma petição escrita e assinada pelo licenciado irmão Simão do Vale Peixoto, corregedor e procurador da cidade do Porto, pedindo para que lhe desse o traslado de Manuel Velho, para que fossem cumpridos os seus legados e o “remanescente de sua fazenda”²⁰ que “deixa a dita casa da misericórdia”²¹.

Estas doações eram deveras importantes por serem as principais as principais fontes de receita deste tipo de instituição e, por isso, poucos dias após a morte de Manuel Velho, vemos a casa da Misericórdia a agir em favor dos seus interesses, até porque as probabilidades destes bens acabarem por ser roubados era grande.

Assim, e como já foi referido nas páginas anteriores, a Misericórdia recebeu a maior parte dos bens que Manuel Velho deixou. A propriedade de S. Cosme foi, sem dúvida, o maior bem que a Misericórdia recebeu deste doador, pois, não só adquiriu uma vasta propriedade, que abrangia uma parte da zona de Gondomar, como recebeu todo o inventário que nela estava presente, que, como já foi evidenciado, foram distribuídos por vários destinos.

Para além da quinta de S. Cosme, a Misericórdia ainda ficou responsável pela administração da capela de Valbom, tal como Francisco Velho, pai de Manuel Velho, tinha pedido no seu testamento, caso a “linha direita se alterasse”²². Por sua vez a Misericórdia tinha de distribuir parte dos rendimentos obtidos pelos pobres.

Ainda recebeu todo o dinheiro que sobrou depois de terem sido pagos todos os legados e dívidas, tal como Manuel Velho pedira no seu testamento. No entanto, as fontes não nos referem o que esta instituição fez com esta avultada quantidade de dinheiro.

²⁰ AHSCMP, série H, livro 3, banco 3, fl. 16v.

²¹ AHSCMP, série H, livro 3, banco 3, fl. 16v.

²² AHSCMP, série H, livro 1, banco 6, fl. 45.

Não foi só a enorme variedade de bens que a Misericórdia recebeu, mas também o valor dos mesmos, que contribuíram, assim, para o aumento do Património desta instituição.

Capítulo 5

Conclusão

5. Conclusão

Após a detalhada análise realizada ao testamento de Manuel Velho, personagem de relevo na vida económica da cidade do Porto no final do século XVI, pela sua ligação ao comércio marítimo com o Oriente e, em especial, com o Brasil, território fundamental para a economia portuguesa do período em estudo, pode afirmar-se que os testamentos e inventários são, sem dúvida, importantes fontes para se compreender mentalidades e atitudes das pessoas.

Os testamentos, na sua vertente espiritual, e os inventários, pelo seu cariz material, dão-nos preciosas informações sobre a personalidade do testador, nomeadamente o seu carácter, os valores que defende, as suas relações pessoais, as suas crenças e as suas posses materiais. Podem ser, ainda, fontes excecionais de informações de índole administrativa, política e jurídica, fundamentais para a compreensão dos diferentes períodos históricos.

As doações e os legados, para além de serem indicadores de posses económicas dos doadores, eram deveras importantes para as pessoas e instituições que as recebiam, pois, neste último caso, contribuía para o aumento do seu património e para a continuação de atividades de serviço público. No caso concreto das Misericórdias, estas doações tornavam possível a assistência aos mais necessitados, bem como a concretização de obras em hospitais, igrejas, capelas, entre outros, contribuindo, assim, para a manutenção do apoio aos mais carenciados.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto usufruiu de grandes doações, especialmente nos finais do século XVI, altura em que o crescimento económico da cidade permitiu o enriquecimento da população, o que originou o aumento de legados, resultantes de avultadas heranças.

Um dos seus doadores mais notáveis foi Manuel Velho, figura central desta dissertação. Foi guarda da Alfândega do Porto desde 1596 até 5 de Julho de 1598, data da sua morte. A sua atividade permitiu que acumulasse, à herança

recebida de seu pai, uma vasta riqueza, derivada dos inúmeros contactos que mantinha com os vários pontos do mundo. Graças a esses contactos, desenvolveu uma intensa atividade comercial, que resultou no alargamento de negócios de diferentes produtos oriundos de diferentes zonas do globo: as mercadorias orientais, nomeadamente as especiarias; os do Atlântico, destacando-se o açúcar brasileiro, um dos produtos que mais influência tinha na economia do Reino.

Pudemos verificar que este alto funcionário da Alfândega tinha relações próximas com vários homens de negócios do Brasil, destacando-se a figura de João Paes Velho Barreto, detentor de vários engenhos de açúcar na mais importante capitania do Brasil, Pernambuco, de onde Manuel Velho recebia e transacionava grandes quantidades deste produto.

Durante a União Ibérica, período em que se insere o nosso estudo, o Porto foi uma das cidades do país que mais beneficiou do comércio com a colónia brasileira, pois foi aí que mais se intensificaram os negócios relacionados com o açúcar, graças ao reforço das rotas transatlânticas e a uma maior tolerância face às infrações cometidas nas fronteiras estabelecidas no Tratado de Tordesilhas. Como consequência, o número de comerciantes e respetiva riqueza e volume de negócios cresceram, o que originou o aumento exponencial da atividade portuária e alfandegária, que permitiu o enriquecimento de Manuel Velho.

Da mesma forma, o período da dominação filipina foi, para a cidade do Porto, determinante para o aumento da sua importância económica no contexto nacional, uma vez que o poder político dependia em grande medida dos grandes mercadores que apoiavam Filipe II de Espanha. Este apoio resulta do facto de considerarem que a união dos mercados ibéricos seria benéfica para o trato marítimo e, com ela seria mais fácil o acesso às riquezas oriundas do império colonial espanhol, nomeadamente no que respeita aos metais preciosos das Américas.

Aquando da sua morte, na ausência de herdeiros diretos, Manuel Velho doou à Misericórdia do Porto um enorme legado, constituído não só por propriedades fundiárias e edifícios urbanos, mas também muitos e valiosos bens mobiliários.

Dos bens que possuía, apenas se faz referência, nesta dissertação, aos de S. Cosme, uma das suas propriedades, doada à Santa Casa da Misericórdia do Porto, e ao destino que esta instituição lhes deu. Estes mesmos bens permitiram-nos concluir quem foi este homem e o mundo material que o rodeava. Foi uma personalidade que fez crescer a fortuna herdada graças às suas atividades mercantis, tendo exercido funções como guarda da alfândega do Porto. Pelo que pudemos apurar pelas fontes analisadas, Manuel Velho vivia desafogadamente, usufruindo das rendas fundiárias de que auferia e dos negócios que controlava. A posse de várias camisas de linho e de roupa de casa branca comprovam, não só a sua riqueza, como também estaria associada à mentalidade da época, que considerava o uso de roupa branca de linho, em contacto com o corpo (roçando), proporcionava-lhe a limpeza que a ausência dos banhos não permitia.

Com base no estudo destes bens, podemos concluir que Manuel Velho era um homem de fé e que cumpria com fervor as suas obrigações religiosas. A existência de um relicário e de um pano de oratório no inventário comprovam a existência de um oratório na sua residência, onde, com toda a certeza, fazia as suas orações em privado.

As muitas varas de estopa elencadas no inventário podem levar-nos a concluir que, dada à sua ligação à atividade portuária e alfandegária, poderia ser um artigo destinado à venda para a manutenção de navios, já que era utilizada, à época, na calafetagem dos mesmos. O mesmo produto servia para a produção de vários tipos de cordas e cordames utilizados normalmente nos barcos (Houaiss, 2001, p. 1631) É possível questionar se este alto funcionário da Alfândega do Porto não seria o fornecedor deste tipo de bens tão necessários à navegação transoceânica.

Os restantes legados permitiram perceber as relações pessoais que tinha com um número variado de pessoas, nomeadamente a criadagem a quem deixou dinheiro para que vivessem sem aflições até arranjam nova casa onde servir, ou outros homens de negócios com quem mantinha relações comerciais, como Cristóvão Pais, ligado ao comércio do pau-brasil, ou Julião Pais, feitor e recebedor da Alfândega de Lisboa.

Da mesma forma, estes legados permitem perceber as relações com diferentes instituições, como por exemplo com os padres da Ordem de Santo António do Vale da Piedade, a quem deixou dinheiro, permitindo a continuidade do serviço que esta ordem prestava à população, e a quem a Misericórdia doou, também do espólio de Manuel Velho, varas de burel. Ao hospital dos Lázaros, deixou valores monetários para que este continuasse a prestar assistência aos leprosos.

Tal como referido nas páginas precedentes, os testamentos têm de seguir um conjunto de procedimentos, a partir dos quais se podem verificar situações relacionados com a posição social do testador, bem como usos e costumes da época. Assim, seguindo o caso de Manuel Velho, vemos o corregedor a dirigir-se à residência do defunto, onde já estava presente um pequeno grupo de magistrados e oficiais, como o juiz de fora, o desembargador del rei e o contador da fazenda, cuja presença representa um dos procedimentos exigidos na época para validar juridicamente o testamento e fiscalizar os bens nele contido, dado que o testador era um funcionário régio que lidava com avultadas somas de dinheiro da Coroa.

Sabemos também que era comum a existência de testamenteiros, que poderiam ou não estar presentes aquando da leitura do testamento, neste caso Jorge Aranha de Vasconcelos e Francisco de Magalhães, ausentes no momento de abertura do testamento, mas que nele era designados, competindo-lhes fazer cumprir as vontades do defunto.

Os testamentos e inventários permitem, assim, aceder a informações sobre as mais variadas situações, indivíduos, atividades do quotidiano das populações ao longo dos tempos, o que os torna extremamente enriquecedores quando se pretende estudar, conhecer e compreender o passado. No entanto, dada a falta de outras fontes, nem sempre é possível chegar a conclusões mais precisas sobre determinados indivíduos e as suas relações com os outros e com o mundo material e espiritual do seu tempo.

Nesta dissertação ficaram por esclarecer algumas situações, uma vez que as fontes não nos revelaram com rigor as informações necessárias para a obtenção de um conhecimento mais concreto. Assim, não sabemos quem foi a verdadeira mãe de Manuel Velho, já que os documentos analisados nunca a identificaram. No entanto, e como já foi referido anteriormente, sabemos que Francisco Velho, pai de Manuel Velho, era casado com uma mulher de nome Ana Luís, mas não sabemos se foi a sua progenitora. Sabemos, ainda, da existência de uma mulher chamada Isabel Luís, a quem Manuel Velho se refere como “filha de meu pai”²³, o que nos leva a crer que a mesma poderá ter sido meia-irmã, fruto do casamento de seu pai com Ana Luís. Da mesma forma, ficou também por saber se Manuel Velho teria sido fruto de um primeiro casamento ou se terá sido filho natural.

Outra situação que ficou por esclarecer foi a razão da enorme diferença de rendimentos entre o ano de 1596 e 1597 (no ano de 1596, rendeu 63,741.966 reis, e em 1597, 5,089.304 reis). O que terá provocado esta diferença? Nada nas fontes nos indica os motivos. Será que terá sido um erro ou, a ser real, o que a terá provocado?

De igual modo, ficou por saber a razão da venda dos bens do ano de 1610, bem como a sua origem. Se serão das suas casas da Rua dos Mercadores ou da Rua das Flores, ou se terá sido das suas propriedades de Valbom ou de Aguiar.

Tudo isto confirma que, apesar da riqueza das informações que os testamentos e inventários podem oferecer, podem não esclarecer todas as situações para um mais real conhecimento das épocas, indivíduos e instituições em análise.

²³ AHSCMP, Série H, livro 3, banco 3, fl. 12

Bibliografia e Fontes Manuscritas

Bibliografia

ABREU, Laurinda, “O papel das Misericórdias na sociedade do Antigo Regime” in *A Misericórdia de Montemor-O-Novo: História e Património*, Porto, Tribuna da História, 2008, pp. 25- 43

AMADO, Janaína, *O Brasil no Império Português*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

ARAÚJO, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1750-1830*, Lisboa, Ed. Notícias, 1997.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo, “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas na época moderna”, *Comunicação & Cultura*, n.º 10, 2010, pp. 101-114.

BARROS, Amândio Jorge, *História do Porto - O tempo dos Filipes: A cidade e a construção do mundo global*, Porto, Quidnovi, 2010.

BARROS, Amândio Jorge, “O negócio atlântico as redes comerciais portuenses e as novas geografias do trato internacional” (séculos XVI-XVII), in *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, 2007, n.º8, p. 29-48.

BARROS, Amândio Jorge, “Barcos e Gentes do Mar do Porto (séc. XIV-XVI)”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, 1997, n.º 14, p. 167-230.

BOUZA, Fernando, *D. Filipe I*, 6ª edição, Porto, Círculo de Leitores, 2010.

BRITO, Pedro, *Patriciado Urbano Quinhentista: As Famílias dominantes do Porto*, Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1997.

CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares, *Portugal na Monarquia Hispânica: Dinâmicas de Integração e Conflito*, Évora, CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, 2013.

COELHO, António Borges, *História de Portugal Vol 5: Os Filipes*, Lisboa, Editorial Caminho, 2015.

COSTA, João Paulo Oliveira; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2004.

COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch, *História Económica de Portugal (1143-2011)*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2012.

COSTA, Leonor Freire, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, 1ª edição, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, vol. 1, 2002.

DURÃES, Margarida, *Os Testamentos e a História da Família*, Tese de Mestrado, Universidade do Minho, Instituto das Ciências Sociais, 2005.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, volume IV, 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 2003.

LACERDA, António Corrêia, et al., *Economia Brasileira*, 4ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2010.

MARQUES, António de Oliveira, *Breve História de Portugal*, 5ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2005.

MARQUES, António de Oliveira; SERRÃO, Joel, *Nova História da Expansão Portuguesa: Império Luso-Brasileiro (1500-1620)*, Lisboa, Editorial Presença, 1985.

MARTELO, David, *A dinastia de Avis e a construção da União Ibérica*, Lisboa, Edições Sílabo, 2005.

NUNES, Eduardo Borges, *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*, 3ª edição, Lisboa, Edições Cosmos, 1981.

OLIVEIRA, António, *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa, Editora Difel, 1991

PRADO JÚNIOR, Caio, *História Econômica do Brasil*, 26ª edição, São Paulo, Editoria Brasiliense, 1973.

PRADO JÚNIOR, Caio, *Evolução Política do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1933.

RODRIGUES, Jorge Nascimento, DEVEZAS, Tessaleno, *Portugal: Pioneiro da Globalização: A Herança dos Descobrimentos*, Vila Nova de Famalicão, Centro Atlântico, 2009

SÁ, Isabel dos Guimarães, "Misericórdias." in Azevedo, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

SÁ, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário da História de Portugal*, 6 vols, Porto, Livraria Figueirinhas, 1963-1971.

SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580-1640) - Os Homens, as Instituições e o Poder, (1580-1640)*, 2 vols., Porto, Arquivo Histórico-Câmara Municipal, 1989.

SILVA, Francisco Ribeiro da, "Filipe II de Portugal" in *Filipe II de Espanha, Rei de Portugal: (colectânea de documentos filipinos guardados em Arquivos Portugueses)*, 2 vols., Zamora, Fundação Rei Afonso Henriques, 2000.

SILVA, Francisco Ribeiro da, “Autonomia municipal e Centralização do Poder durante a União Ibérica – O Exemplo do Porto”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, Porto, vol. 4, 1987, pp. 135-150.

SILVA, Francisco Ribeiro da, “A Cidade do Porto e a Restauração” in *O Tripeiro*, Porto, 7.ª série, ano 12, 1993, n.º 12, p. 359-366.

SIMONSEN, Robert C., *História Econômica do Brasil, 1500-1820*, 4ª edição, Brasília, Edições do Senado Federal, 2005.

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José, “Processo e procedimentos de institucionalização do Estado Português no Brasil de D. João III” in *D. João III e a Formação do Brasil*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2004.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001

Webgrafia

Ensinar História, por Juelza Ester Domingues:

<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/para-colorir-fazenda-de-cana-do-brasil-colonia/>

Glossário Portas Adentro:

<http://www.portasadentro.ics.uminho.pt/>

Santa Casa da Misericórdia do Porto

<http://www.scmp.pt/>

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (AHSCMP)

Série E, Diário do Cofre e Capitais a Juros, banco 1, livros 14.

Série H, Administração de Testamentos e Nota Privativa, banco 6, livros 1, 3, 17

Série H, Administração de Testamentos e Nota Privativa, banco 3, livro 3